

TCC/UNICAMP
G873q
IE/895



1290000895



IE

TCC/UNICAMP G873q

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

MONOGRAFIA

A QUESTÃO DOS INVESTIMENTOS NO SETOR ENERGÉTICO
ESTATAL BRASILEIRO NA DÉCADA DE 80

ALUNA: Daniele Griesius
RA: 880230

ORIENTADOR: Cláudio Schuller Maciel

BANCA: Sérgio R. R. do Prado

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

Campinas - 1991

Aos meus pais, pela paciência,
compreensão, apoio e confian-
ça.

Agradeço ao Prof. Cláudio Marciel pela atenção e paciência a mim dispensadas ao longo deste trabalho.

INDICE

INTRODUÇÃO	i
CAPITULO 1	
POLITICA MACROECONOMICA E REPERCUSSOES SOBRE AS EMPRESAS ESTATAIS	1
1.1. Políticas de Ajuste do Balanço de Pagamentos e de Combate à Inflação	2
1.2. Repercussões nos Níveis de Gastos Correntes e de Investimento das Empresas Estatais	12
CAPITULO 2	
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO DO SETOR ENERGETICO ELETRICO - ELETROBRAS - NA DECADE DE OITENTA	20
2.1. Evolução dos Principais Indicadores Económico-Financeiros do Setor (Eletrobrás)	21
2.2. Evolução Tarifária do Setor Elétrico: a Deterioração da Capacidade Financeira da Eletrobrás	27
2.3. Conclusão dos Itens 2.1 e 2.2	38
CAPITULO 3	
DESAFIOS AO PLANEJAMENTO ELETRICO	40
3.1. Plano 2010	41
3.2. Plano Decenal - 1990-1999	45
3.3. Plano Plurianual 1991/1995 - Setor de Energia	49
CAPITULO 4	
CONCLUSAO	52
NOTAS	55
TABELAS.....	
BIBLIOGRAFIA	

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como um dos principais objetivos encontrar as causas que levaram à redução dos investimentos na década de 80 no setor energético elétrico brasileiro. O que se tenta fazer é mostrar que foi a utilização da empresa estatal como instrumento de política econômica, a causa fundamental da retração das inversões nos setores de atuação estatal, em especial no setor elétrico. Para tanto, no primeiro capítulo é dado um panorama geral da política macroeconômica adotada nos últimos anos, para depois apresentar as repercussões desta sobre as empresas estatais. Com isso, tentamos mostrar como as medidas econômicas do governo, acabaram comprometendo a situação financeira das estatais como um todo.

Isto posto, se realizará uma análise econômico-financeira da holding Eletrobrás, a fim de mostrarmos os reflexos da política macroeconômica sobre a empresa. Isto será importante, na medida que através da análise da evolução dos principais indicadores econômico-financeiros e das tarifas elétricas, será possível encontrar a causa da retração dos investimentos.

No terceiro capítulo, o que se pretende fazer, é mostrar as expectativas futuras da Eletrobrás para o setor energético elétrico. Tentaremos colocar que dificilmente as projeções feitas ao longo dos planejamentos deste setor serão concretizadas, uma vez que a economia brasileira não se comporta conforme o esperado. E mais do que isso, a deterioração financeira das empresas estatais é tal, que não só a recuperação das finanças, como a retomada de maior parte dos projetos de investimento é inviabilizada a curto prazo.

Feito isso, será possível conjugar os resultados obtidos nos capítulos descritos acima e a partir daí, apresentar pareceres e conclusões sobre o assunto.

CAPITULO 1

POLITICA MACROECONOMICA E REPERCUSSOES SOBRE AS EMPRESAS ESTATAIS

Neste capítulo, objetiva-se identificar os aspectos gerais da política macroeconômica adotada nos últimos anos, procurando enfatizar o predomínio do receituário monetarista. Tendo por base essa intenção, será dado destaque as políticas do câmbio, do balanço de pagamentos e de combate à inflação. Isto, para que se possa apresentar as repercussões que as medidas tomadas tiveram sobre os níveis de gastos correntes e de investimento das empresas estatais, que passaram a atuar como instrumentos de política econômica do governo. Essa solicitação as empresas estatais acarretar-lhes graves consequências. Acaba por colocá-las numa situação de fragilidade econômico-financeira grande, motivada pela manutenção das tarifas públicas abaixo do índice inflacionário, e pelo grande endividamento externo a que são levadas a se submeterem.



1.1. Políticas de Ajuste do Balanço de Pagamentos e de Combate à Inflação

Em meados dos anos 70, a economia brasileira sustenta elevadas taxas de crescimento, que vêm desde 1968, quando a indústria brasileira começa a viver um novo ciclo de crescimento rápido e mudanças estruturais (1). Esse novo ciclo é viabilizado pela existência de capacidade produtiva instalada na década de 1950, durante o Plano de Metas. Ou seja, o "Milagre" brasileiro que marca o movimento da economia nesse período, realiza-se com a ocupação dos altos níveis de capacidade ociosa existentes, acentuados pela recessão vigente de 1963-67.

Foi o setor produtor de bens de consumo duráveis, particularmente as indústrias automobilística e de eletrodomésticos, que liderou o crescimento da produção industrial no período de auge do ciclo expansivo. Pode-se dizer que a dinâmica do crescimento que se tem no período, apóia-se nesse setor.

Passa a existir na economia, um descompasso entre o setor de bens de capital e o setor de bens de consumo. Tem-se então, o embrião de um grave problema estrutural para o país.

Os dois setores (bens de consumo e bens de capital) cresciam a taxas elevadas, até que o setor de bens de capital passou a apresentar pontos de estrangulamento.

É inviável a sustentação de uma situação como a descrita acima, pois se chega a um ponto onde o próprio setor de bens de consumo tem seu crescimento obstaculizado. Eis aqui, a sinalização da reversão do ciclo.

Durante esse período, de 1968 a 1973, o Brasil vai se endividar muito externamente, possibilitando o grande crescimento

que a economia teve. Vale dizer, o aporte de recursos externos não se justifica pela necessidade de fechamento do Balanço de Pagamentos ("de poupança externa"). Isto porque, as exportações eram suficientes para fazer frente ao aumento das importações que são necessárias devido as demandas ao setor de bens de capital. A entrada líquida de dólares que o governo promove ao longo do "Milagre" implica num aumento em grande escala das reservas do país. Mas, além de se endividar externamente, se endivida internamente pois, os empréstimos externos devem ser convertidos em cruzeiros, o que é feito através da emissão de títulos públicos - ORTN e LTN.

Com o choque do petróleo (1973/74) há um grande aumento dos preços das matérias-primas no mercado internacional. O valor das importações cresce muito face ao das exportações, gerando um desequilíbrio na balança comercial e obrigando o governo a recorrer a empréstimos externos para fechar o Balanço de Pagamentos. Esse déficit na balança comercial fez com que fossem mantidos e ampliados os incentivos e subsídios à exportação de manufaturados, e aumentadas as barreiras não-tarifárias às importações. O Estado aumentou ainda mais a influência que tinha sobre o desenvolvimento industrial (2).

Através do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo Geisel pretendia corrigir a distorção criada no período anterior. Então, a edição do II PND tem embutida a idéia de que é preciso alterar o vetor dos investimentos que se realizavam. Era um plano voltado para o setor de bens de capital e insumos básicos, e que tentou fornecer um "elenco" de possibilidades para a base produtiva do país. Ele se inicia com a desaceleração da economia em 1974, vinda do setor de bens duráveis que tem sua capacidade esgotada, e pelo hiato da maturação do setor de bens de capital. Todavia, a subida de preços que se tem com o choque do petróleo, afeta profundamente o Plano, já que os saldos obtidos com a Balança Comercial deveriam se destinar à importação do petróleo.

Logo, os investimentos inicialmente pretendidos são parcialmente inibidos, mas apesar disso, o II PND representa um esforço de acumulação de capital e uma diversificação da estrutura industrial em direção à indústria pesada.

A segunda metade da década de setenta, é marcada pelas políticas expansionistas, financiadas pelo endividamento externo. Essa é a tônica da estratégia que a política econômica adotou, isto é, manter o crescimento à custa de maior endividamento externo.

A partir de 1974, junto com o investimento expansionista do II PND, acentuam-se no país os preceitos da política ortodoxa. Vale a pena então, colocar as principais idéias que essa política traz, principalmente no que diz respeito ao Balanço de Pagamentos e à inflação.

ENFOQUE MONETARISTA

Para analisar o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, os monetaristas não recorrem nem à balança de mercadorias nem às transações correntes, o importante é o balanço de reservas. Já que a atenção é concentrada na conta monetária, isto é, no que sobra depois dos movimentos reais e de capital, tem-se duas características do desequilíbrio no Balanço de Pagamentos:

a) o desequilíbrio é um sintoma de desequilíbrio monetário;

b) será corrigido de forma automática, sem necessidade de intervenção governamental.

Além disso, os monetaristas explicam a origem do desequilíbrio como resultado de um excesso corrente de oferta monetária, já que, a quantidade de moeda ofertada sendo maior que a demandada, há um efeito direto sobre o gasto interno, o qual é transferido para o exterior por meio do processo de ajuste do mercado monetário (3).

Quanto à inflação, ela é vista como inflação de demanda; isto é, devido à grande liquidez existente na economia. Para os monetaristas, esse problema de excesso de demanda na economia provoca problemas no Balanço de Pagamentos, pois as taxas de juros estão baixas e o crédito está facilitado.

Então, o modelo monetarista é um modelo macroeconômico, que visa o restabelecimento do equilíbrio do balanço de reservas e o controle da inflação. A política ortodoxa funciona com esses dois intuitos e coloca a necessidade de aumento dos juros, a fim de que os empréstimos se tornem mais difíceis, porque mais caros; contenção dos gastos públicos, vistos como fontes do déficit fiscal; arrocho salarial.

O modelo monetarista de Balanço de Pagamentos, é simplesmente um modelo de estabilização sem desenvolvimento (no contexto dos países subdesenvolvidos) que, eventualmente pode vir a reduzir a inflação ao custo da estagnação econômica e de um desemprego maior.

A partir de 1976, o país passou a apresentar uma combinação de investimentos estatais, aperto monetário e endividamento interno e externo crescentes. É feita a opção por uma política econômica de estabilização, imediatista, de caráter ortodoxo. Desde então, o foco da política econômica passou a ser o fechamento do Balanço de Pagamentos, via aprofundamento do endividamento externo (4).

Na prática, a política econômica usada foi o aumento progressivo das taxas de juros reais do mercado, a fim de que o consumo privado fosse desencorajado, elevando o custo do crédito doméstico. Com isso, a tomada de recursos no exterior era fomentada, já que o dinheiro internamente tinha sido encarecido, permitindo o fechamento do Balanço de Pagamentos pela entrada de capitais. Esta entrada, não só cobre os déficits em conta corrente como também aumenta as reservas internacionais. Sendo assim, crescentemente o governo vai aumentando seu endividamento externo mas, ao mesmo tempo, o interno; já que, na tentativa de enxugar a base monetária, vai lançar mão da emissão de títulos públicos de forma crescente.

Em 1979/80, após o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros no mercado internacional - induzida pelos déficits fiscais do governo americano (Reagan) combinados com a política monetária restritiva do Banco Central americano - a situação do Balanço de Pagamentos deteriorou-se significativamente, e o estrangulamento externo impôs-se como a principal restrição macroeconômica ao crescimento. Segundo Wilson Suzigan: "Desde então tem-se observado a predominância absoluta das preocupações de curto prazo da política macroeconômica e ausência de qualquer estratégia de longo prazo para o setor industrial" (5).

As taxas de juros que durante a década de 70 eram negativas, no começo dos anos 80 se tornaram positivas e altas, de modo que o pagamento dos juros sobre os empréstimos contraídos em circunstâncias favoráveis se transformou num pesadelo.

O aumento das taxas de juros internacionais força as autoridades econômicas brasileiras a elevarem ainda mais as taxas de juros internacionais, para manter o diferencial, garantindo que as captações externas fossem sempre mais atraentes. Isto é feito com a eliminação da prefixação das correções monetárias e cambial; com o crescimento do crédito interno sendo fixado num teto de 50%, entre outras.

TABELA 1
VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS
Índices (1980 = 100)

Períodos	Crescimento do PIB nos Países Indus- trializados (%)	Preço Real do Petróleo	Preço Real dos Produtos Primá- rios	Taxa Real de Juros (%)
1970/79 (média anual)	3,4	45	10 ²	-2,5
1980	1,3	100	100	8
1981	1,5	117	87	22
1982	-0,5	126	81	27
1983	2,3	113	8 ⁶	11

FONTE: Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer, "The World Debt Problem", NIT, 1984, citado in Cardoso, A. Eliane "Economia Brasileira Atual ao Alcance de Todos", p. 14.

Em fins de 1980, a prioridade das autoridades econômicas já era o controle do Balanço de Pagamentos. Por trás disso, há uma questão política, de cumprimento das obrigações internacionais. Acreditava-se que a austeridade econômica doméstica e os melhores resultados da balança comercial aumentariam a boa vontade dos banqueiros internacionais, no sentido de continuar reciclando a dívida externa.

Foi buscado um superávit na Balança Comercial, e a via utilizada foi a recessão. A queda no nível de atividade provocaria uma diminuição na demanda por insumos e outros produtos importados, além de reduzir a demanda interna, gerando excedentes exportáveis.

Todavia, todos os esforços feitos para a obtenção de um superávit no balanço comercial não garantiram o fechamento do Balanço de Pagamentos, dado o montante dos serviços a serem pagos em 1981.

Paralelamente a isto, eram tomadas medidas para controlar a inflação. Entre essas, temos o aumento da alíquota de 10% (imposto sobre operações financeiras), que significava um aumento na arrecadação tributária da União, servindo para diminuir o déficit público (visto como um dos principais focos de inflação). Além disso, esse aumento desestimula as importações, uma vez que o câmbio dolas era encarecido.

Com o diagnóstico monetarista, ve a inflação como sendo inflação de demanda (provocada por excesso de dinheiro em circulação), acreditam que através do controle de crédito, a demanda se arrefeceria e contribuiria para desacelerar a inflação.

A dívida interna cresce muito, com o lançamento de títulos públicos em grande quantidade e com alta remuneração. Isto obriga todos os agentes econômicos a acompanharem as taxas de juros pagas como remuneração aos compradores de LTNs e OTNs.

Os resultados dessa política econômica não podiam ser mais dramáticos: recessão, inflação, desemprego e especulação com títulos.

A produção industrial cresce até março só 0,4% em 1981, e a partir de maio só decresce, chegando ao final do ano com a taxa de -9,6% (6).

Mesmo assim, o Balanço de Pagamentos é fechado, graças ao superávit de US\$ 1,2 bilhões obtido com a queda das importações (3,8%) e com o crescimento das exportações (15,7%); contudo, as custas de uma enorme recessão.

O ano de 1982 mostra as autoridades econômicas insistindo no mesmo caminho: superávits comerciais e controle quantitativo do crédito interno, objetivando o fechamento do Balanço de Pagamentos. Novas medidas de caráter ainda mais contracionistas são tomadas e o incentivo à tomada de recursos externos é ampliado.

do crescentemente (as empresas estatais passaram a contar com o aval do Tesouro Nacional nos empréstimos externos a serem realizados). Contudo, a oferta no mercado de recursos externos se bloqueava. Ou seja, o país depara-se com um problema, pois demanda recursos e o Sistema Financeiro Internacional paralisa o envio destes.

Um documento é elaborado para tranquilizar os banqueiros internacionais quanto à administração da dívida externa brasileira e garantir a reabertura dos créditos ao Brasil. Era um compromisso oficial de que o Brasil conseguiria um superávit comercial de US\$ 6 bilhões, condição sine qua non para fechar o Balanço de Pagamentos em 1983 (7).

O resultado disso é que em três anos, a história da industrialização brasileira sofre sua pior recessão. A produção industrial caiu cerca de 17%, os níveis de investimento se reduzem à metade, o nível de emprego cai 20% e a indústria passa a operar com uma capacidade ociosa de em média 25%, além de uma retração no nível global de Formação Bruta de Capital Fixo (8).

Desde 1981, a política econômica brasileira seguiu os preceitos do FMI, sem todavia recorrer a este e contar com seus recursos. O receituário ortodoxo veio sendo aplicado, pois se via nele o caminho para garantir que os banqueiros internacionais manteriam o fluxo de recursos para a "rolagem" da dívida externa. Contudo, pelo o que foi dito antes, fica claro que a linha mestra de condução da política econômica teve muito mais conseqüências danosas para o país, do que solucionou os problemas que visava.

Entre os anos de 1984-86, a economia apresenta sinais de retomada dos investimentos. A recuperação inicia-se em 1984 com uma grande abertura para o exterior, facilitada e embalada pelo dinamismo do mercado externo, especialmente o norte-americano, cujas importações cresceram 26,2%. Essa situação permite que as importações norte-americanas dinamizem a produção industrial

brasileira. As exportações brasileiras cresceram muito acima do ritmo de expansão do produto industrial por sua razão. A primeira é óbvia e corresponde à demanda norte-americana; a segunda diz respeito ao aumento da competitividade dos manufatureiros brasileiros (este devido ao aumento da produtividade, compressão dos salários reais; movimentos favoráveis na relação câmbio/salário e câmbio/preços industriais) Tabelas 5 e 7.

Foi o excepcional desempenho da indústria no 1º bimestre de 1984 que impulsionou as atividades industriais no início de 1985. Na metade do segundo bimestre (março/abril) o ritmo de crescimento da produção industrial começa a se desacelerar. Devido em grande parte ao início da desaceleração das exportações industriais. No terceiro trimestre de 1985, a produção industrial volta a crescer, puxada pela recuperação da demanda interna, pelo aumento dos salários reais e expansão do nível de emprego e os efeitos gerais da política econômica expansionista.

Segundo Wilson Suzigan: "A estratégia de política econômica montada na Nova República, a partir de setembro, configurou-se como uma alternativa de elevado risco. Reorientar o crescimento econômico para o mercado interno, após quatro anos de recessão, com as finanças públicas e o balanço de pagamentos submetidos à pressão constante das dívidas interna e externa e, ainda mais com a inflação no patamar de 230% apoiada num sistema de indexação que tornou vulnerável o sistema a pressões de custo e a choques de oferta, configurava-se cada vez mais inviável".

Na gestão do Ministro Furlan o diagnóstico e a estratégia de combate aos graves problemas da economia brasileira apresenta diferenças consideráveis da visão anterior. Inicialmente, agora, a tentativa de combate à inflação através do controle do rodópio, que consistiu basicamente no congelamento total e na utilização de preços e rendimentos acompanhados por políticas monetária e fiscal passivas. Aprofundou-se portanto o processo de inflação, sem alterações significativas na contribuição do setor,

A taxa de juros é deixada livre, dando o compromisso de deixar a efetividade da política monetária seria possível mantê-la num nível adequado. Essas são algumas pontas de chegada da política de Estabilização.

A gestão Furlan succedem-se mais duas gestões, onde são tentados novos pacotes de medidas económicas mais ou menos heterodoxas. Estes não dão conta de uma renegociação radical da dívida externa e tampouco permitem que o ritmo de crescimento da dívida interna seja substancialmente reduzido, chegando-se à beira da hiperinflação no momento de uma nova gestão presidencial.

1.2 Repercussões nos Níveis de Gastos Correntes e de Investimento das Empresas Estatais

No contexto das economias capitalistas, o Estado tem tido papel fundamental na dinâmica econômica, ao inserir-se nas atividades produtivas, que envolvem um longo período de maturação e pesadas inversões de baixa rentabilidade.

Dessa forma, as empresas estatais aparecem como parte integrante do processo de acumulação, todavia submetidas à lógica de expansão do setor privado. Isto porque, o Estado ao desenvolver esse tipo de função, permite que os capitais privados sejam liberados para os setores de ponta e assumam o ritmo de acumulação da economia como um todo. Logo, essas empresas exercem uma atividade de complementaridade no processo de acumulação (9).

Essa idéia de complementaridade pode ser aplicada para a situação brasileira. Ou seja, as estatais brasileiras também complementaram o processo de industrialização vigente no país.

No Brasil, a empresa estatal aparece vinculada basicamente à infra-estrutura econômica e ao setor produtor de insumos básicos. Pode-se dizer, que os investimentos estatais não só impulsionaram, como mantiveram, a expansão da capacidade de oferta do setor privado; pela criação da demanda a segmentos deste setor.

Foi a partir da década de cinquenta, que o Estado passou a exercer uma função mais ativa na estruturação do segmento industrial do país.

Com o Plano de Metas, na década de 50, o Estado articulou-se com o capital privado nacional, e com o capital estrangeiro, formando o conhecido tripé. Essa articulação, cria um sistema

de proteção ao mercado interno e fomenta o desenvolvimento industrial, além de permitir pesados investimentos em infra-estrutura nas indústrias de base.

Portanto, é durante os anos 50 que vai ser instalada a capacidade produtiva, que dá vazão ao novo ciclo de rápido crescimento que se tem a partir de 1968, tal como foi dito no item anterior.

A primeira metade dos anos setenta, caracterizada por altas taxas de crescimento, mostra o setor produtivo de bens de consumo duráveis liderando a economia. Nesse contexto, as empresas estatais apresentaram uma relativa autonomia, uma vez que puderam reajustar preços e tarifas de acordo com os índices inflacionários. Com isso, a receita operacional, uma das fontes de financiamento dessas empresas, pôde ser preservada.

É por isso que o período que se estende de 1968 a 1975 é chamado de "etapa empresarial" no financiamento das estatais. Tem-se aqui, uma maior aproximação ao paradigma privado e portanto uma menor dependência dos recursos fiscais. As empresas estatais apresentam índices de endividamento (externo e interno) não tão elevados. Na verdade, os índices ainda eram compatíveis com a capacidade de pagamento por meio de recursos próprios.

O Estado vai a partir de 1975, articular uma nova fase de investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos, bens de capital e em infra-estrutura (energia, transporte, comunicações), através do II PND. A intenção era integrar a estrutura da indústria e consolidar a industrialização do país, mesmo que a via fosse o endividamento externo crescente (10).

O governo elaborou um "pacote de inversões", onde os investimentos públicos assumiram explicitamente a função de instrumentos de política anti-cíclica. Isto é, a intenção era tentar reverter o descenso cíclico que certamente adviria. As empresas

estatais são então, solicitadas como instrumentos de política econômica, voltadas para a promoção de um extenso pacote de inversões.

Contudo, a utilização das estatais não se restringe a isso. Elas são usadas também para fechar o Balanço de Pagamentos, por meio da tomada de recursos externos. Apesar de inicialmente serem destinados à realização das inversões acima citadas, a partir de 1976, com a opção pela política de caráter ortodoxo, com o fim do ciclo expansivo e a desaceleração do II PND, a canalização desses recursos volta-se para a necessidade de fechamento do Balanço de Pagamentos.

Além disso, o crédito interno foi encarecido; isto é, as taxas de juros reais do mercado foram elevadas, a fim de fomentar a tomada de recursos externos. As empresas estatais se vêem obrigadas a recorrer ao exterior, uma vez que além das altas taxas de juros, o crédito interno havia sido restringido.

A deterioração tarifária passa a ser também um elemento da política econômica, que "joga" para o setor produtivo estatal a função de absorver os impactos inflacionários. Vale dizer, os setores siderúrgico e elétrico são os mais atingidos por essa contenção tarifária.

Assim, as empresas estatais são levadas a assumir pesados encargos financeiros externos, que se somam à compressão real das tarifas; o que faz com que a capacidade de auto-financiamento dessas empresas comece uma progressiva deterioração.

O quadro que se desenha então, para as empresas estatais para o início dos anos 80, é de uma grande vulnerabilidade financeira. Esta remonta a um padrão de financiamento pela via do endividamento externo desde o "boom" dos anos 70, mas que foi levada ao extremo pelas políticas macroeconômicas de ajustamento.

É grande também, a depreciação patrimonial e a desarticulação dos padrões de desempenho corrente nas estatais.

A submissão das estatais às diretrizes de política macroeconômica (essencialmente de curto prazo) e aos instrumentos por esta utilizados para atingir seus objetivos (principalmente o fechamento do Balanço de Pagamentos pela via do endividamento), é responsável pela fragilidade econômico-financeira observada.

Logo, a tese de ineficiência administrativa e empresarial, utilizada para explicar a posição da empresa estatal, só seria verdadeira se, a ela não fosse imposto o constrangimento do endividamento e da estrutura do capital. Ou seja, a estratégia financeira se desvinculou de decisões internas às estatais, ou mesmo dos propósitos macro-produtivos, e passou a se vincular aos compromissos em dólar do país, e por esta via aos movimentos das taxas de juros internacionais, instáveis e em ascensão violenta nos anos 80 - devido à política monetária nos E.U.A. que mudou; à política cambial e suas mudanças com as acelerações das minidesvalorizações e duas maxi decretadas entre 1979 e 1983; e à instabilidade dos mercados de crédito internacionais (11).

A partir de 1983, o governo segue a orientação do FMI quanto ao ajuste de seu desequilíbrio externo, tomando medidas rígidas de controle da demanda agregada e do déficit público. Decorrente dessa postura, tem-se cortes substanciais nos subsídios e demais repasses do Tesouro para as empresas estatais. Agrava-se o problema de escassez de recursos para tais empresas, com o governo cortando os recursos repassados ao setor produtivo estatal, seja por meio dos subsídios, transferências de capital ou sob a forma de participações financeiras.

E, se não bastasse, o crédito interno de longo prazo sofre limitações e os preços e tarifas reais das estatais são reduzidos. A consequência disto, é um estrangulamento das possibilidades de financiamento interno da expansão dos ativos fixos

dessas empresas.

Assim, a contração dos investimentos estatais responde ao cerceamento pelo governo das fontes requeridas para o financiamento destes; visto que, eles também são utilizados como instrumentos da política macroeconômica de curto prazo que vinha sendo adotada.

Cabe colocar aqui, que a capacidade de geração interna às empresas de poupança disponível para seus investimentos, vincula-se ao comportamento de três variáveis (todas atreladas à política econômica do governo): o nível geral de atividade econômica, os preços e tarifas públicas e os encargos financeiros.

Com a prática de reajustes de preços e tarifas públicas abaixo do índice corrente de inflação, o governo provoca uma deterioração nas receitas operacionais das empresas estatais não financeiras (Ver Tabelas 4 e 5). Ou seja, o resultado da política anti-inflacionária" aplicada por intermédio das estatais implica numa redução da capacidade de autofinanciamento do setor público, em geral.

As empresas estatais, que nos anos setenta foram utilizadas pelo governo como instrumentos de captação de recursos externos; nos anos oitenta aparecem extremamente endividadas e vulneráveis a movimentos repentinos nas taxas de juros internacionais.

A crescente elevação das taxas de juros implica numa elevação dos encargos da dívida do segmento estatal (Ver Tabela 6). Esse fato, aliado à retração das receitas operacionais - devido à desaceleração do crescimento econômico na década de 80 e à deterioração das tarifas públicas - contribui para o estrangulamento da capacidade interna de financiamento de suas inversões fixas.

Levadas a ampliar suas operações de crédito, principalmente as externas, a capacidade de autofinanciamento das estatais é agravada. Com o bloqueio dessas operações de crédito e com o cerceamento das demais fontes de recursos, o estrangulamento interno vai limitar a Formação Bruta de Capital Fixo e levar à diminuição dos investimentos estatais (Tabela 7).

Na verdade, cria-se um círculo vicioso com a política recessiva que é posta em prática pelo governo. Isto porque, esta vai restringir a capacidade de autofinanciamento das estatais, que vão ser levadas a tomar empréstimos a fim de sustentar pelo menos uma parte de seus investimentos. Com isso, a capacidade de geração interna de poupança se deteriora ainda mais. Ao serem controladas as demais fontes de financiamento, as inversões caem de forma acelerada e contribuem para que as condições econômicas gerais também se deteriore. Dessa forma, a demanda para essas empresas se retrai, o que ocasiona um maior aperto sobre os recursos próprios disponíveis para investimento (12).

Com base no que foi dito, não é difícil perceber que nos anos oitenta, o Estado deixou de orientar e retardou o desenvolvimento industrial. Tornam-se crescentes os obstáculos à manutenção do grau de competitividade anteriormente conquistado pela indústria brasileira, uma vez que as medidas de política econômica adotadas, simplesmente não se voltaram ao longo prazo.

Ou seja, predominou durante a década de 80, a preocupação de curto prazo da política macroeconômica, ficando o setor industrial com muitas formulações e propostas no papel de política, porém com ausência de implementação de estratégia de longo prazo.

Nesse contexto, a redução do autofinanciamento durante a crise, pela empresa estatal, aparece como consequência dos fatores descritos que reduziram a capacidade de geração de lucros destas empresas. A contração do investimento produtivo para o

conjunto das estatais é evidente, de forma que os recursos de financiamento (de origem externa, predominantemente) que se elevam na entrada dos anos 80, serviram de fato para financiar o próprio serviço da dívida em parcela crescente (Ver Tabela 8).

Conclui-se então, que os padrões de rentabilidade, bem como os demais indicadores de desempenho das empresas estatais apresentam-se subvertidos pela crise financeira, pela qual passam essas empresas (Ver Tabela 9).

Se observarmos agora, a Tabela 10 podemos distinguir três momentos da escalada do custo financeiro das empresas estatais. Em 1979, com a maxidesvalorização, as despesas financeiras sobem de 7,8% para 11,7%. Em 1981, com a escalada dos juros internacionais e com o retorno à correção monetária e cambial plenas (pois em 1980 haviam sido pré-fixadas em níveis inferiores aos da inflação), as despesas financeiras passam a 13,8%. E por último, em 1983, com a manutenção das altas taxas de juros internacionais e nova escalada das internas, as despesas financeiras passam a representar 24,1% do faturamento. Só a partir de 1985 é que as despesas financeiras vão recuar de forma decisiva, passando a representar 10,5% da receita.

Assim, a empresa estatal ao ser utilizada como instrumento de política econômica para a tomada de empréstimos externos, a fim de "rolar" a dívida externa, não poderia promover a reestruturação passiva. Como foi demonstrado acima, esta sofreu profunda deterioração com as duas maxidesvalorizações em 1979 e 1983 e o encarecimento da dívida externa.

Além disso, o poder dessas empresas moverem seus preços foi limitado; numa conjuntura de alta inflação, seus preços e tarifas ficavam abaixo do índice inflacionário.

Portanto, as empresas estatais estavam de mãos atadas e a tese de má gestão administrativa não tem efeito algum, já que o

uso delas contraria ao que se consideraria uma boa conduta empresarial.

Com base nas informações dadas neste item e no anterior, é possível introduzir o próximo capítulo deste trabalho, inserindo a Eletrobrás no quadro montado até então.

CAPÍTULO 2

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO SETOR ENERGÉTICO ELÉTRICO - ELETROBRÁS - NA DÉCADA DE OITENTA

Neste capítulo será realizada uma análise econômico-financeira da Eletrobrás, buscando encontrar as causas da diminuição dos investimentos no setor energético elétrico na década de 80.

Pretende-se mostrar que a principal causa da deterioração dos investimentos no setor energético elétrico no período, deve-se à subordinação da atividade econômica à política macroeconômica ortodoxa adotada, que obriga esse setor a se endividar externa e internamente. Esta hipótese subdivide-se em dois aspectos: o interno e o externo. Quanto ao externo, como as taxas de juros internacionais subiram muito, o custo financeiro das dívidas externas aumentou na mesma proporção. Diminuiu-se então, a capacidade das empresas financiarem seus gastos correntes e de investimentos, e estes últimos são fortemente reduzidos.

Por outro lado, houve a redução das tarifas do setor tendo em vista o combate inflacionário. Com esse arrocho tarifário como medida anti-inflacionária, as empresas do setor recorrem aos empréstimos internos que também tinham taxas de juros muito altas. Isto implicava num aumento grande dos encargos financeiros, os quais aliados à redução das receitas operacionais, provocam uma deterioração financeira das empresas, que conduz a cortes nos investimentos.

2.1. Evolução dos Principais Indicadores Econômico-Financeiros do Setor (Eletrobrás)

O objetivo deste item é mostrar os reflexos da política macroeconômica sobre o setor elétrico, em especial, no que diz respeito aos empréstimos externos aos quais o setor é levado a recorrer. Isto será feito através da evolução desses empréstimos e do custo financeiro por eles gerados, com o que se pretende chegar à inviabilidade de levar à frente novos projetos de investimento.

Isto ^{isto} ~~por~~ ~~que~~, será possível chegar à tese de que o aumento dos encargos financeiros imposto à essas empresas, conduz a cortes nos investimentos do setor. O que, por outro lado reforça a negativa da idéia de que a má gestão empresarial pura e simples, é responsável pela crise do setor elétrico.

No capítulo anterior foi apresentada a situação da economia brasileira, no que se refere às políticas econômicas postas em prática, bem como os impactos destas sobre as empresas estatais como um todo.

Cabe colocar agora, uma questão relevante que se insere no âmbito das políticas aplicadas. Tal questão diz respeito aos empréstimos externos, aos quais vão se associar elevadas taxas de juros, na década de oitenta.

Foi a Lei 4.131 de 1962 que disciplinou a contratação direta de empréstimos pelas empresas - públicas e privadas - no exterior, e foi de suma importância para o alto índice de endividamento externo (conforme Tabela 11) que estas vão apresentar. Em 1967, foi promulgada a Resolução 63, que criou condições para as instituições financeiras do país, captarem recursos externos.

O início da década de setenta representa um período onde o endividamento externo teve um grande impulso. Contudo, ele não se deu por necessidade de fechamento do Balanço de Pagamentos; e sim, dada as relações financeiras da economia brasileira com o resto do mundo.

A partir de 1977, o endividamento externo passa a ser predominantemente do setor público, ao ser transformado em dívida pública. Aqui, o governo com o propósito de implementar vultosos investimentos utiliza-se crescentemente das estatais. Pela Tabela 12 pode-se notar que nesse endividamento, tem destaque os setores energético e siderúrgico.

As Tabelas 13 e 14 mostram que desde 1974 o setor amplia rapidamente a participação dos recursos externos, e mais rapidamente ainda a carga de serviço desta dívida. Isso se dá de tal forma, que os recursos canalizados para o setor crescem 150%, para viabilizar um investimento só 30% maior.

Em 1980, a participação do setor na dívida externa global do país, já era bastante elevada, cerca de 20% da dívida global (conforme Tabela 15).

De 1982 a 1984, a captação de recursos é do mesmo montante médio captado nos últimos sete anos (conforme Tabela 16). Com isso, o setor passa a ter 26% da dívida global e 49% da dívida, dentro do Setor Produtivo Estatal Federal. O endividamento se dá de tal forma, que num certo momento o setor passa a amortizar sua dívida interna e a substituir por dívida externa.

Na década de 80, o aumento das despesas financeiras puxado pela elevação das taxas de juros atingiu diversas empresas, que não conseguiram compensar o estrangulamento financeiro, com o crescimento das vendas ou das margens brutas de lucro sobre o custo primário. A contração da liquidez e do crédito (sobretudo o oficial, juntamente com o seu encarecimento), adotadas pela polí-

tica econômica em vigor, vão reduzir a capacidade desta via de compensação.

A Tabela 17 fornece uma indicação da elevação das taxas de juros entre 1977 e 1985; assim como a Tabela 18 mostra a evolução do crédito interno.

Os recursos externos, tidos como uma das principais fontes de financiamento do Estado e de suas empresas, são restringidos em 1983. Apesar de se recuperarem em 1984, a partir de 1985 vão deixar de ser uma das fontes; tanto que no ano seguinte, tem-se fluxos líquidos negativos nas operações internas e externas de longo prazo. Isto porque, a entrada de recursos por essas vias foi insuficiente para cobrir as amortizações relativas às mesmas (conforme Tabela 19).

Isto posto, faz-se necessária a análise de alguns dos principais indicadores econômico-financeiros da Eletrobrás, definidos através do seu Plano 2010.

É válido definir inicialmente os índices utilizados para uma análise global de desempenho econômico-financeiro do Setor Elétrico; colocando em seguida a evolução destes.

A taxa líquida de retorno corresponde à razão entre a arrecadação tarifária, subtraída as despesas operacionais e as quotas de reintegração, e o investimento remunerável, subtraída a Conta de Resultados a Compensar. Esta taxa tem uma elevação no período de 1976/1978 passando de 16,6% para 18,9%; mas a seguir cai para 13,1% entre os anos de 1979/1986 (13).

Já a taxa de auto-financiamento, definida como a razão entre os recursos disponíveis para investimento (arrecadação tarifária, subtraída do serviço da dívida e das despesas operacionais) e o investimento remunerável, subtraída a Conta de Resultados a Compensar; apresenta uma queda bem mais acentuada. Tal que-

CEDOC/IE/UNICAMP

da é verificada pelo índice de 15,3% em 1976/1978 e - 2,8% entre os anos de 1979/1986. Esses dados refletem o processo de endividamento externo do setor elétrico, que no último período se depa- ra com a alta da taxa de juros no mercado internacional, que che- gou a ultrapassar 20% a.a. Isto se dá de forma que a taxa média de auto-financiamento é de 3%, tornando-se negativa desde 1983 (13).

Outro índice a ser destacado é a taxa de juros de refe- rência, que corresponde à multiplicação da "Libor", somada ao va- lor do "spread" pela razão entre as variações durante o ano, da taxa de câmbio e da OTN (anteriormente, da ORTN). Esta taxa passa a 19,6% para 1979/1986 contra os 7,4% de 1976/1978 (13).

Com esses índices, já é possível perceber o processo de deterioração financeira que atinge o setor elétrico na década de 80.

Torna-se importante agora, destacar a evolução dos in- vestimentos do setor público elétrico.

De 1974 a 1984, as taxas de investimento setorial man- tiveram uma participação média de 7% da formação bruta de capital da economia, participação esta ligeiramente crescente no período. Os anos de 1979/1980 são uma exceção, apresentando uma inflexão devido a expectativas de redução da atividade econômica e a pos- sibilidade de surgimento de capacidade ociosa. O investimento se- torial vai atuar como elemento anti-cíclico, ajudando a reduzir a instabilidade da formação bruta de capital fixo global (conforme Tabela 20).

Até 1979, os recursos advindos da dívida externa davam conta de 24% das inversões setoriais; situação que se reverte a partir de então e o setor passa a amortizar sua dívida interna substituindo-a por dívida externa.

A Tabela 21 (gráfico) permite a visualização da evolução real do investimento no período acima. Fica evidente a elevação das inversões setoriais durante a década de 70, bem como o início da retração delas, já em meados dos anos 80.

A partir de 1985, o setor elétrico encontra-se face a pesados encargos financeiros com a dívida externa, cerca de 40% a 50% das receitas operacionais líquidas. Além disso, investimentos grandes eram necessários para a expansão da capacidade produtiva instalada, suficiente apenas para o crescimento da demanda de curtíssimo prazo.

É elaborado então, o Plano de Recuperação Setorial (PRS), que marca a abertura de nova fase, onde se aprimora o planejamento econômico-financeiro para o setor elétrico.

O PRS foi uma tentativa de submeter o componente regulatório que incidia sobre o setor, a uma integração efetiva, considerando simultaneamente a composição dos investimentos, a política tarifária, a política de endividamento e o fluxo fiscal compensatório. Diferente do que foi feito até então, pois antes os planos do setor elétrico só davam conta das projeções de mercado e investimentos.

Este Plano exigiu uma revisão dos planos elaborados anteriormente pelo setor sobre os investimentos a serem realizados. Isto porque, era preciso adequar tais planos aos recursos disponíveis.

No segundo semestre de 1985, as empresas concessionárias são chamadas a rever seus planos de inversão. A revisão dos valores envolve duas questões, a primeira é que vai obedecer à limitação de recursos no curto prazo, remanejando gastos para os períodos posteriores. A segunda é a opção pelo atendimento do mercado no curto prazo (ver Tabelas 22 e 23).

O PRS vai contemplar prioritariamente as obras de linhas de transmissão e instalações de distribuição, a fim de recuperar o atraso criado pelo desdobramento dos investimentos anteriormente. Além disso, ele vai redirecionar os gastos de inversão para a órbita das empresas concessionárias, alterando assim a composição dos investimentos entre o grupo Eletrobrás, Itaipu e concessionárias.

A Tabela 24 fornece-nos a formulação oficial do plano de investimentos setoriais, após a segunda revisão feita em janeiro de 1987, quando os investimentos não realizados em 1986 foram deslocados para 1987.

De 1984 a 1989, o nível de investimento no período somou o equivalente a Cr\$ 359,5 bilhões aos preços de maio de 1990, sendo restringido entretanto devido à carência de recursos (segundo O Plano Plurianual 1991/1995 da Eletrobrás).

As perspectivas para os próximos anos, no que diz respeito aos investimentos, não são muito favoráveis face às condições econômico-financeiras que se colocam para o setor. Os serviços da dívida externa tem peso grande em tal situação. Em dezembro de 1989, 29% dos recursos setoriais de terceiros compreendiam empréstimos vinculados a moedas estrangeiras. Isto constituía uma fonte de preocupação para o Setor, pois eles estão sujeitos a taxas flexíveis de juros, que flutuam de acordo com as políticas conduzidas pelas principais economias mundiais. O perfil desta dívida representa ainda, um problema agravante: as amortizações estão concentradas neste e nos próximos 5 anos. Nessa data, esses empréstimos financiavam 18% dos ativos setoriais e correspondiam a 9,4% da dívida externa líquida registrada no país (US\$ 89,6 bilhões).

2.2. Evolução Tarifária do Setor Elétrico: a Deterioração da Capacidade Financeira da Eletrobrás

A fim de apresentar a evolução tarifária do setor elétrico, é feita a seguir uma periodização; onde se pretende mostrar não só o comportamento das tarifas, mas também a evolução do setor ao longo de cada período. Isto para que, ao final deste item, possa ser possível demonstrar que o arrocho tarifário é responsável pela diminuição das receitas operacionais das empresas do setor elétrico.

PERÍODO 1968-1974

Este período marca uma fase de grande crescimento para a economia brasileira, e também para as empresas estatais; ao ponto de ser denominado "etapa empresarial" no financiamento das estatais (conforme visto no item 1.2).

Nesse quadro, o setor elétrico aparece aproximando-se de uma autonomia financeira e gerencial para cada empresa do setor. Entretanto, apesar dessa autonomia, o setor elétrico continua a apresentar elevada dependência de recursos fiscais exógenos. Com base na Tabela 25, constata-se um considerável aporte dos recursos aplicados no setor, por parte dos governos Federal e Estadual.

O financiamento do setor nesse período se dá com o domínio de recursos gerados pelo preço; tanto que eles sobem de 37,7% para 50,9%, segundo a Tabela 25, enquanto os recursos fis-

cais exógenos caem de 31,3% para 18,8% e os recursos de terceiros se mantêm em torno de 30%.

A situação descrita acima, fornece a indicação de que a redução dos aportes de recursos da União e Estados, se faz possível, dado o elevado patamar real das tarifas. Fato este que vem ser providencial, já que começa a haver uma progressiva deterioração da receita tributária dos estados e municípios, o que reduz a capacidade destes de realizarem transferências ao setor.

A ampliação da autonomia setorial que ocorre, deve-se ao fortalecimento da Holding Eletrobrás - criada em meados da década de 60 - que junto ao Sistema Financeiro Internacional tende a substituir o governo central na estrutura de recursos das empresas.

O fortalecimento da Eletrobrás se explica basicamente por três motivos. Primeiro, os recursos fiscais vindos do Tesouro são direcionados à holding, caracterizando uma expansão dos recursos desta em detrimento das empresas concessionárias (ver Tabelas 26 e 27).

Um outro motivo deve-se ao empréstimo compulsório, que passa a ser controlado a partir de 1972, integralmente pela holding.

E, finalmente o terceiro motivo diz respeito aos recursos antes, de capitalização automática (quota de reversão e dividendo) que passam ao controle da holding. Com a criação da Reserva Global de Reversão (RGR), parte dos recursos tarifários deixaram de estar subordinados às concessionárias (14).

Assim, a holding Eletrobrás fortalecida dada a ampla parcela de recursos que passou a deter, vai ter como principal função durante este período, redistribuir recursos internamente ao setor sob a forma de crédito. Pela Tabela 27 é possível ver

que a participação de recursos de terceiros nas fontes da holding é residual até 1976, o que reforça a afirmação acima, de que ela atuou como redistribuidora e não geradora de recursos.

Portanto, a expansão do setor elétrico nesse período foi financiada pela arrecadação tarifária, enquanto os recursos de terceiros vão se restringir basicamente a financiamentos em moedas estrangeiras a uma taxa de juros de referência de 4,5% a.a., segundo o Plano 2010 da Eletrobrás.

PERÍODO 1974-1985

Logo em 1974 é aplicada uma política econômica ortodoxa no país, com o intuito de desaquecer a economia e conter os níveis crescentes da inflação. Coloca-se em prática uma política que mantém os reajustes de preços e tarifas num patamar inferior ao índice de inflação (conforme Tabela 28). Torna-se evidente a vinculação das empresas estatais à políticas de curto prazo praticadas pelo governo.

Nesse mesmo ano, ocorre a equalização das tarifas de energia elétrica em todo território nacional, que representa o marco da eliminação do chamado paradigma privado, uma vez que acaba a diferenciação da rentabilidade por empresa. Ou seja, esta equalização acaba comprometendo a autonomia e o isolamento empresariais; o que vem de encontro às necessidades de política econômica em vigor no país, que buscava uma desconcentração da atividade industrial por intermédio do II PND.

A equalização tarifária foi feita através de uma conta em nome da Eletrobrás, a Reserva Global de Garantia (RGG); e se mostrou insuficiente para restabelecer o equilíbrio financeiro ao

setor, visto que a RGG só atendia os casos em que a remuneração ficasse abaixo da média. Ela não dava conta dos casos onde a empresa, por ter custos mais baixos, obtinha lucros elevados perante a média; isto porque, a RGG era definida em função do capital investido e não da margem de lucro.

Com o esforço de inversão priorizado do II PND, o setor elétrico vai apresentar entre os anos de 1970 e 1975, elevados índices de auto-financiamento. Apesar disso, os elementos da crise vivida pelo setor atualmente, são gestados nesse período. Entre esses elementos está a compressão real das tarifas.

A partir de 1975 a capacidade de auto-financiamento do setor começa sua progressiva deterioração devido à compressão real das tarifas, que são utilizadas como instrumento de política anti-inflacionária (ver Tabela 29). Isto acaba prejudicando a situação financeira das empresas estatais, em especial as dos setores elétrico e siderúrgico, que vêem suas receitas operacionais se deteriorando (conforme Tabela 30).

Com o ministro Mário Henrique Simonsen destacando-se na formulação da política econômica, a principal prática passa a ser mesclar instrumentos monetários e fiscais, elevando progressivamente as taxas reais de juros do mercado. O aumento das taxas de juros internas servia para desencorajar o consumo privado, o que tornava os ativos financeiros mais atraentes e acabava elevando o custo do crédito doméstico. Fato este, que servia de estímulo à tomada de empréstimos no exterior, dado o diferencial entre a taxa de juros interna e externa.

De 1976 a 1978, a tarifa de energia elétrica cai 5,3% a.a. (ver figuras 1 e 2), o que leva o Setor a aumentar o nível de captação de recursos externos.

Agora, enquanto as exigências da política anti-inflacionária e de setor externo forçavam no sentido da compressão do

conjunto das tarifas, as necessidades de incentivos setoriais (setor exportador, setor agrícola) e os interesses econômicos representados no Estado incidiam sobre a tarifa, provocando erosão da receita operacional pela concessão de reduções e alíquotas especiais. Na verdade, a receita compatível com o nível de contenção real das tarifas acabava não sendo atingida, em virtude dos "vazamentos" devido à rede de subsídios existente.

Fica clara a insuficiência de recursos setoriais em relação ao preço das tarifas; diferentemente do período de 1968-1974 quando os recursos gerados pelo preço predominavam. Sendo assim, resta ao fluxo fiscal exógeno e ao endividamento, a função de proverem o setor elétrico com recursos.

A Tabela 13, mostra a deterioração do preço setorial e também, que o aporte de recursos fiscais - que chega a cair 50% entre 1974 e 1980 - volta a crescer, marcando o retorno ao financiamento fiscal (a partir de 1981).

Tem início em 1981 uma nova "etapa fiscal", já que as possibilidades de financiamento pela dívida externa vão estar esgotadas; e os Estados deteriorados financeiramente. Vale dizer que essa deterioração deve-se à erosão da receita tributária e aos efeitos de ajustamento à política do FMI.

Quanto aos recursos de terceiros, prevalece o endividamento externo, melhor detalhado no item 2.1. Cabe aqui colocar que a política de endividamento internacional, imposta ao setor elétrico como um todo, foi complementada, ao nível das concessionárias, pela redução dos aportes de capital do Governo Federal como um todo, seja da União, seja da holding (conforme Tabela 31).

É importante colocar que a legislação preservava formalmente o direito de cada concessionária a uma remuneração mínima do capital, dada em função do capital investido.

Por meio da chamada Conta de Resultados a Compensar, o setor elétrico passou a ter um ativo, que representava, na verdade, um haver contra o Setor Público. Nessa conta, eram registradas as diferenças positivas e negativas da remuneração efetiva perante a lei. É válido dizer que o crédito das empresas aumentava junto ao governo, com os baixos índices de remuneração que o setor vinha apresentando devido à deterioração das tarifas.

Em 1981 foi criada a equalização de remuneração para o setor elétrico. Entre as medidas tomadas para isso, coloca-se que a RGG deixou de ser calculada sobre o investimento e passou a ter por base a diferença positiva entre a remuneração do concessionário e a remuneração média do setor. Com isso, é imposto às concessionárias um processo de socialização da penúria", e o impacto da restrição tarifária é transmitido para o conjunto delas.

O ano de 1982 é iniciado com as autoridades econômicas insistindo na obtenção de superávits comerciais e controle quantitativo do crédito interno. É a mesma política que vinha sendo implementada e que resultava em recessão, inflação, desemprego e especulação com títulos públicos.

Diante dessa crise econômica vivida pelo país, o setor energético brasileiro mostrava-se interessado em diminuir o consumo de derivados de petróleo. Por outro lado, o mercado de energia elétrica vinha crescendo a taxas menores do que as previstas, o que criava um excesso de energia firme. O governo cria então, o programa EGTD (Energia Garantida por Tempo Determinado), passando a oferecer eletricidade a custos muito baixos (30% do preço normal). As tarifas de EGTD são aproximadamente cinco vezes menores do que as tarifas normais de energia elétrica, o que a torna a fonte energética mais barata em todos os processos industriais que apresentam possibilidade de utilização de eletricidade.

Todavia, mesmo que a EGTD fizesse sentido a curto prazo, sua implantação e a deterioração das tarifas impostas ao se-

tor elétrico tiveram duas consequências graves. Em primeiro lugar, o excesso de capacidade foi logo absorvido, reduzindo a margem necessária para reagir a uma recuperação econômica. Em segundo, as condições financeiras do setor foram enfraquecidas pelas tarifas reduzidas, numa época em que sua carga financeira era muito elevada, dificultando para o setor reagir às demandas de recuperação posteriormente.

Então, entre 1981-84, com o agravamento da receita tarifária e o esgotamento da possibilidade de utilização da dívida externa, a crise setorial aparece. E, uma vez que qualquer solução autônoma é inviabilizada, começa-se a falar em capitalização da dívida, questão que se torna central com a Nova República.

PERÍODO Pós-1985

Conforme o que foi dito antes, é possível notar que o quadro que o setor elétrico apresenta para o início da segunda metade da década de oitenta é de dificuldades. Tem-se uma enorme defasagem das tarifas, juntamente com grandes encargos financeiros com a dívida externa que atingem 40% a 50% das receitas operacionais líquidas. Ou seja, a geração de recursos próprios é quase nula.

Além disso tudo, o país conta com um déficit público de 5% do PIB e com as finanças estaduais praticamente falidas. Os recursos mínimos necessários para recompor o setor são tais, que o saneamento financeiro acaba sendo remetido para a órbita do financiamento externo dada a situação de déficit existente.

Conforma-se então um círculo vicioso: o retorno à captação autônoma pelas empresas dependia do saneamento financeiro

que, por sua vez, dependia da concessão de recursos pelos agentes financeiros internacionais.

Face a esta situação, foi elaborado o Plano de Recuperação Setorial (PRS), apresentado no item anterior e melhor detalhado a seguir.

Esse Plano, traz consigo a questão da "capitalização da dívida", pois mostrava a aceitação que o passivo do setor é público e estatal, devendo ser assumido pelo Tesouro da União.

Essa política de capitalização decorria da impossibilidade de recomposição da tarifa no curto prazo, dado o impacto inflacionário e o efeito na estrutura de preços relativos e na alocação de recursos. Além disso, a necessidade de recursos externos acabava não sendo atendida, dado o equilíbrio financeiro precário de cada empresa e o fato da "torneira" dos recursos externos estar fechada, com exceção do Banco Mundial. Assim, o processo de capitalização assume um "caráter de urgência". Isto porque, a interrupção do fluxo de recursos líquidos do exterior transferia para o fluxo fiscal e para a receita tarifária, a função de viabilização dos investimentos necessários e o do serviço da dívida.

O PRS assume também a possibilidade de apoiar a capitalização da receita tributária corrente, devido ao déficit do setor público. Há um processo de "reestatização da dívida", onde a União capta recursos junto ao Sistema Financeiro Internacional e repassa para o setor. Isto faz parte de um processo de transferência, para a União, de toda a dívida externa brasileira (a parcela da dívida das estatais inclui-se aí).

Concentremos-nos agora nas tarifas.

Segundo esse Plano, o reajuste tarifário seria gradual, pretendendo-se atingir o nível de 10% de remuneração sobre o capital até 1989, índice que não era atingido desde 1977 (7% em

1986; 8% em 1987; 9% em 1988; 10% em 1989).

Sendo assim, a evolução tarifária deveria ser em termos reais a seguinte: 9,5% em janeiro de 1986; 4,7% em junho de 1986; 14,4% em 1987; 14,6% em 1988; 12,2% em 1989. Fica claro que um ponto essencial do PRS era a manutenção de um patamar mínimo de recuperação real das tarifas, para se atingir o nível pretendido de 10% sobre o capital em 1989. Logo, a política tarifária assume importância crucial, já que dependia só de fatores internos, e daria um poder de auto-financiamento maior para as empresas do setor, fato que seria bem visto pelos bancos estrangeiros e pelo BIRD para a concessão de dólares.

O Plano Cruzado em 1986 faz com que a elevação pretendida das tarifas não se concretize, o que implicou em grande perda de receita por parte do setor elétrico (da ordem de US\$ 500 milhões).

Em março desse mesmo ano, a Eletrobrás vai revisar seu Plano, estabelecendo como trajetória viável 5,04% em 1986; 6,47% em 1987; 7,73% em 1988 e 9% em 1989 ⁽¹⁵⁾, ver Tabela 32. Com essa medida, o quadro de arrecadação tarifária se altera substancialmente. O congelamento determina para o setor perdas tarifárias da ordem de US\$ 1,2 bilhões em setembro de 1986.

A fim de que o setor elétrico tenha um nível mínimo de reajuste das tarifas, que permita a liberação de uma parcela de empréstimo do BIRD de US\$ 500 milhões; as empresas começam a exercer forte pressão sobre o governo.

Com o 2º Plano Cruzado (novembro de 1986), um forte reajuste às tarifas do setor ocorre, e como o impacto inflacionário, que isto causaria, preocupava o governo, o maior ônus recai sobre as famílias e o comércio.

O contexto da liberação de preços vigente no país em 1987, faz com que no setor, se intencione o crescimento das tarifas acima da inflação. Isto se concretiza efetivamente, com um aumento acumulado de março de 1986 a abril de 1987 de 151,37%, face à inflação de 86%.

Todavia, o que aparecia como a possibilidade de recuperação das condições de auto-financiamento dura pouco. Em maio de 1987, há um novo reajuste, uniforme para todos os setores, e aí, os aumentos mensais, já ficavam abaixo do ritmo da inflação.

Na verdade, o PRS não cumpre seu intuito de recuperar a receita tarifária, simplesmente preservou os níveis vistos até 1985 (conforme Tabela 33).

Os esforços empreendidos pelo Governo Federal para a recuperação das tarifas, foram anuladas pelos "congelamentos" implantados em sucessivos planos de estabilização (Cruzado, Bresser e Verão). A evolução das tarifas médias mensais de fornecimento encontra-se no Gráfico 1, e é para o período de 1985 a 1989.

A economia passou por uma conjuntura desfavorável no ano de 1989. Houve uma profunda queda no nível tarifário até o mês de junho deste ano, que reduziu a tarifa média anual a 70% do nível médio de 1988. Esta redução do nível tarifário, aumentou a inadimplência de inúmeras concessionárias distribuidoras para com as supridoras regionais, agravando seriamente a situação de caixa do grupo Eletrobrás.

Face a esta situação, a Eletrobrás determinou às empresas do Grupo que reduzissem o ritmo de execução das obras em andamento e postergassem o início de qualquer obra, visando o ajuste ao quadro de recursos. Em função de compromissos contratuais com fornecedores e empreiteiros, este nível de desmobilização teve limites e necessitou ser gradualizado. Como consequência dessa situação o Grupo foi conduzido ao final de 1989 a um elevado dé-

bito com fornecedores e empreiteiros.

Os efeitos diretos sobre o Grupo Eletrobrás, causados pela deterioração das tarifas, foram a redução do ingresso de recursos tarifários líquidos de cerca de Cr\$ 56.367 milhões a preços de abril de 1990, (equivalentes a US\$ 1,1 bilhão) em relação ao orçado em 1989, e o acúmulo de créditos provenientes da venda de energia e financiamentos concedidos às concessionárias estaduais, que atingiram em abril deste ano cerca de Cr\$ 60.531 milhões.

A contrapartida dessa frustração de recursos foi o acréscimo de dívidas vencidas, que alcançaram no final de abril cerca de Cr\$ 99.901 milhões.

No primeiro trimestre de 1990, a crise inflacionária se agravou, fazendo com que as empresas do Grupo Eletrobrás atravessassem uma situação financeira extremamente crítica. Elas foram obrigadas a recorrer com frequência a empréstimos a curto prazo e adiantamentos de grandes consumidores para cobrir os gastos com a operação e manutenção, inclusive despesas com pessoal.

2.3. Conclusão dos Itens 2.1 e 2.2

No item 2.1 foi mostrada a importância que assumem os empréstimos externos na situação econômico-financeira da Eletrobrás. Esses passaram a representar um "peso" nas contas do setor elétrico, dada a grande elevação das taxas de juros internacionais durante a década de oitenta, que acabaram expandindo de forma substancial os serviços da dívida.

Além disso, o arrocho tarifário que se verifica ao longo da década de 80, deteriorou as receitas operacionais das empresas do setor elétrico.

Apesar das tentativas de recuperação tarifária na segunda metade da década, a situação da fragilidade financeira era tal, que o curto período em que as tarifas conseguiram se sobrepor à inflação, não a amenizaram em nada. Por outro lado, as medidas econômicas prejudicaram essa possibilidade de recuperação, ainda que fosse gradativa, como a proposta no PRS.

Aliado a isso, o aumento das taxas de juros internas, usado também como instrumento de política econômica, aumenta sobremaneira os encargos financeiros das estatais.

Assim, a elevação das obrigações financeiras, somada à redução das receitas operacionais, desequilibram as contas do setor elétrico, e o levam à deterioração financeira. Face a isto, não resta outra medida a não ser cortes nos investimentos, o que realmente se verifica.

Na verdade, ao longo dos anos 80, é possível observar a situação caótica a que são elevadas as empresas estatais, principalmente as dos setores elétrico e siderúrgico.

Dentro do contexto de recuperação das tarifas surgem, agora, como prioridades a regularização do passivo circulante vencido, que vem onerando pesadamente as empresas do Grupo Ele- trobrás, e a retomada do programa de investimentos em ritmo com- patível com os recursos efetivamente assegurados para sua execu- ção.

Paralelamente, é preciso assegurar a rolagem de 100% do serviço da dívida externa, avalizado pelo Tesouro Nacional.

Assim, contornado o problema do passivo circulante e mantidos os níveis tarifários adequados não somente o Grupo Ele- trobrás, mas o Setor será beneficiado com a revitalização das transferências intra-setoriais e a recuperação do programa de obras.

A retomada do programa de investimentos, face a essa escassez de recursos e da prioridade do equacionamento dos débi- tos vencidos, deverá ser lenta e gradual, alocando-se as disponi- bilidades às necessidades mínimas dos empreendimentos em andamen- to, não se permitindo o início de novas obras.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS AO PLANEJAMENTO ELÉTRICO

O que se pretende neste capítulo, é mostrar as expectativas futuras da Eletrobrás para o setor energético elétrico, no final da década de 80 e nos anos 90. Para tanto, serão utilizados três Planos elaborados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás - : o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010; o Plano Decenal e o Plano Plurianual 1991/1995, feitos respectivamente em dezembro de 1987; 1989 e julho de 1990.

3.1. Plano 2010

Vimos que o Setor Elétrico foi levado a elaborar o Plano de Recuperação Setorial (PRS), face a gravidade da situação que este setor se encontrava em 1985. Assim, o PRS foi previsto em 1986 e hoje constitui o instrumento de planejamento a curto prazo do Setor Elétrico, devendo ser anualmente atualizado.

Contudo, é necessário também que se tenha um planejamento de longo prazo sobre a expansão do Setor Elétrico. Isto porque, será este planejamento que dará conta de questões que permaneciam em suspenso no de curto prazo. Entre essas questões não abrangidas temos: a tendência da tarifa de energia elétrica a longo prazo; as consequências das restrições impostas ao setor quanto à sua capacidade de expansão futura e o impacto do reescalonamento da dívida hoje praticado.

O Plano 2010 vem suprir a necessidade colocada acima. Detalhemos então, os pontos nele destacados.

Tal Plano tem um programa de obras previsto, que corresponde a investimentos médios anuais, em dólares de 1986 de US\$ 6,4 bilhões/ano, no período 1987/91, e de US\$ 7,5 bilhões/ano, no período 1992/96, de acordo com a Tabela 34.

Por esta Tabela observa-se que o programa de investimento deve crescer de um quinquênio para o outro. Só que, ao mesmo tempo, pela Tabela 35, constatamos que a taxa de investimento declina de 18% em 1987/91 para 12,9% em 1992/96.

Além disso, prevê-se um crescimento da demanda da ordem de 39,3%. Tal situação faz com que a taxa de auto-financiamento possa crescer, desde que a receita tarifária média seja constante ou crescente, em termos reais.

Assim, pode-se dizer que há a possibilidade de se reduzir a dependência dos recursos tarifários para financiar a expansão do setor com o tempo, o que é adequado (e favorável) à manutenção de um equilíbrio econômico-financeiro.

Como foi dito no início deste item, o PRS se fez necessário, mas mais do que isso, ele se tornou indispensável para que o Setor Elétrico supere a crise em que se encontra. As medidas nele contidas visam o restabelecimento das condições para uma expansão econômico-financeira equilibrada, e têm por objetivo corrigir a distorção atual onde a taxa líquida de retorno é inferior à taxa média ponderada dos juros captados. A manutenção desse quadro reduz em grande medida a capacidade de investimento do setor, que já se encontra em níveis aquém dos necessários.

A recuperação tarifária visando melhorar as taxas de retorno e o ressarcimento pelo Governo Federal dos investimentos realizados nas usinas nucleares excedentes aos custos da alternativa hidrelétrica, são essenciais para a melhora de tal situação.

É preciso também que se tenha o reescalonamento parcial da dívida setorial pelos mecanismos de "roll over" e a transformação em dívida de longo prazo dos débitos obtidos por meio dos Avisos 9 e 10 do Ministério da Fazenda. Vale dizer que isto deve ser feito com um custo inferior ao retorno dos ativos.

Portanto, o PRS tem sua continuidade exigida para que a situação econômico-financeira no início da projeção, feita no Plano 2010, possa ser viabilizada.

Essas medidas somadas à diminuição relativa do volume de investimentos, sinalizam para o Setor Elétrico a possibilidade de recuperação de sua capacidade de auto-financiamento e de mobilização dos recursos complementares necessários ao financiamento do seu programa de investimentos.

O Setor obtendo uma taxa de retorno satisfatória para os investimentos frente à taxa de juros, poderá atingir o equilíbrio financeiro e será possível prever-se um padrão de financiamento baseado na associação voluntária de capitais disponíveis, que estarão dispostos a se dirigirem aos projetos apresentados pelo Setor.

Para isso, a atenção deve se voltar para a arrecadação tarifária, que assume papel fundamental na garantia de uma taxa de retorno satisfatória. É necessário que ocorra a recuperação das tarifas no primeiro quinquênio (1987/1991) para que se tenha condições no próximo período de realização do investimento médio anual de US\$ 7,5 bilhões, com uma pequena elevação das tarifas.

A taxa de juros de referência é um dos indicadores econômico-financeiros do Setor. Pela Tabela 35, é possível visualizar duas alternativas para ela, a primeira onde seria de 11,5%, que seria um valor elevado em termos reais, mas que reflete a realidade dos custos financeiros debitados ao Setor. A segunda alternativa tem a suposição de uma redução da taxa de juros para 9%, que corresponderia à eliminação da parcela do imposto de renda das remessas de juros para o exterior.

Quanto à taxa de auto-financiamento, apesar de sair do nível negativo que apresentava desde 1983, não cresce muito no primeiro quinquênio, ficando em torno de 4%, que é um nível bem abaixo dos observados no período de 1968 a 1978, onde era em média de 15%.

Os cenários econômicos adotados pelo Plano 2010, refletiam a suposição que o período de forte recuperação do desenvolvimento econômico vivido no momento da sua elaboração (1986), significava o rompimento com o ciclo recessivo observado desde o início da década.

Sendo assim, as premissas macroeconômicas adotadas foram as mesmas dos planos oficiais de desenvolvimento. Um exemplo disso é a meta de crescimento de 6,8% a.a. para a economia brasileira, entre 1986 e 1990; que foi adotada pelo Plano 2010 e pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR).

Na verdade, o Plano 2010 ao apresentar as projeções acima, mostra-se bastante otimista em relação as condições com as quais se deparará o Setor Elétrico. Apesar de levar em consideração os atuais pontos de dificuldade, acaba apresentando previsões praticamente impossíveis de se concretizarem; visto que supõe que a economia brasileira apresente taxas de crescimento positivas para os anos considerados, fato esse que não se verifica no momento e dificilmente ocorrerá aos níveis pretendidos.

Ou seja, o planejamento de longo prazo feito pelo setor, acaba sendo comprometido devido a presente situação de fragilidade econômica apresentada pelo país. Resta-nos dessa forma concluir que o setor elétrico continua em dificuldades, e que estas podem vir a serem agravadas com a perspectiva de falta de inversões para uma possível retomada do crescimento econômico.

De acordo com este Plano da Eletrobrás, para um crescimento econômico anual de 6,5% são precisos US\$ 6 bilhões ao ano de investimentos. Todavia, a evolução do Produto Interno Bruto não tem acompanhado essa previsão, feita em 1987. A média dos recursos aplicados também não. Por ano, o Brasil tem aplicado cerca de US\$ 2,3 bilhões e, mantida essa média, terá de insistir na recessão; já que a construção de uma hidrelétrica leva em torno de seis anos. Como consequência disso, há empresas que têm buscado a autogeração elétrica, procurando reduzir o prejuízo provocado por uma interrupção brusca no fornecimento. Mesmo assim, as incursões nesse campo são muito tímidas para um país como o Brasil, que pode limitar seu crescimento econômico nesta década por falta de energia.

3.2. Plano Decenal - 1990-1999

O Plano Decenal foi elaborado três anos após o início da formulação do Plano 2010, e vai mostrar que a economia brasileira não evoluiu como se esperava. Isto porque, nos anos de 1987 e 1988 as taxas de crescimento da economia foram respectivamente, de 3,6% e -0,3%, o que representa resultados muito aquém da média de 6,8% prevista para o período 1986/1990.

Além do processo de quase estagnação econômica de 1987 a 1989, a economia deparava-se com um estouro das taxas de inflação; uma queda dos investimentos; descontrole das finanças públicas e deterioração dos preços e tarifas públicas. Esse último fato é observado principalmente com a eletricidade e derivados de petróleo; o que vai onerar a retomada do crescimento que se observou a partir de 1989.

Face a este quadro de crise, os analistas do plano vêem como imperiosa a necessidade de um período de estabilização da economia brasileira, a fim de que se elimine as causas da inflação e se crie condições para o relançamento dos investimentos e conseqüentemente para a retomada do desenvolvimento econômico. Então, a economia teria uma fase de estagnação, com taxa de crescimento próxima de zero (ou negativa), para depois tornar-se positiva com os resultados da utilização dos instrumentos básicos de contenção inflacionária, tais como a política fiscal, monetária e de rendas. O nível dos investimentos, por sua vez, seria mantido baixo, enquanto que o saldo da balança comercial se manteria devido à estagnação do mercado interno.

Segundo o Plano Decenal, a situação acima durará em torno de um ano e meio, ao término disso a economia voltará a ter um crescimento positivo (3% em 1991).

A seguir, terá início um outro período, abrangendo os anos de 1992 a 1995. Aqui, acredita-se que a economia vai ter condições de crescer a 6% a.a., uma vez que os investimentos públicos e privados poderão crescer progressivamente.

O ímpeto inversionista que se pode ter, será moderado por uma política econômica ainda preocupada com o combate do processo inflacionário. Vale ressaltar que o texto coloca a necessidade de reforço dos investimentos sociais, refletindo não só uma resposta às deficiências sociais nacionais, mas também uma compensação das camadas mais baixas, que tiveram sua situação agravada com o processo de estabilização econômica.

A partir daí, a economia ingressará numa trajetória de crescimento sustentada, o que ocorrerá entre os anos de 1996 e 2010. Nesse período, a característica marcante será a forte expansão da taxa de investimento, o que será necessário para que a economia cresça a 6% a.a., visto que não há mais capacidade produtiva ociosa para ser utilizada. O crescimento médio do PIB será igual ao crescimento da capacidade de produção.

Poderia-se questionar se a dívida externa não seria um obstáculo à retomada do desenvolvimento. A resposta a tal questão é negativa para os analistas, ou seja, ela não representaria um empecilho pela combinação da manutenção de saldos positivos nas contas externas e uma diminuição da transferência líquida de recursos para o exterior, o que seria possível face a melhoria da situação econômica do país. Este fato, deverá beneficiar a maturação das propostas existentes de renegociação das condições de pagamento da dívida.

Tudo isto elevaria a supor que a economia poderá voltar a reproduzir o crescimento histórico dos anos 70. Todavia, isso é colocado como pouco provável, afirmando-se que a relação capital/produto não conseguirá se fixar acima do valor histórico que ficou em torno de 3, dada a já referida necessidade de investi-

mentos sociais. Além disso, dificilmente a taxa de investimento será fixada próxima de 24% do PIB, uma vez que não tem a contribuição externa para os investimentos, como na década de 70.

Acima foi apresentado o cenário previsto pelo Plano Decenal, para o comportamento da economia brasileira. Cabe colocar a seguir, a previsão do mercado de energia elétrica para os anos 1990-2000, segundo o mesmo Plano.

Inicialmente é válido resumir a metodologia usada para a elaboração das previsões. Ela vai se caracterizar por (16):

- admitir, nas previsões referentes às regiões ou empresas, hipóteses comuns quanto ao cenário de crescimento global da economia e da população brasileira;

- considerar o efeito das cargas especiais relevantes em cada área de concessão e seus possíveis efeitos multiplicadores;

- considerar as possibilidades geo-econômicas de cada região e suas potencialidades em recursos naturais;

- considerar as conseqüências de uma melhor distribuição da renda e do desenvolvimento industrial;

- considerar os efeitos da conservação de energia, principalmente os referentes às ações do Programa Nacional de Conservação de Energia - PROCEL.

Isto posto, é possível colocar algumas previsões feitas.

No biênio 1989/1990, os fatores inerciais de crescimento predominam, assim o crescimento do consumo será de 4,7% a.a. e a elasticidade se manterá num nível alto (3,1), o que caracteriza

períodos de baixo crescimento econômico.

Para a década de 90, as taxas de crescimento do consumo cresceriam para 6,3% a.a., no primeiro quinquênio e 5,4%, no segundo. Com isso haveria uma queda na elasticidade, que seria de 1,2 e 0,9 respectivamente. A justificativa disso abrangeria quatro fatores: o maior crescimento econômico no segundo quinquênio; a diminuição do peso relativo das indústrias eletro-intensivas; efetiva implantação de políticas de conservação de energia; diminuição do ritmo de crescimento associado a certos usos da eletricidade.

Para o período de 1988/2000, o valor da elasticidade resultante das previsões fica abaixo do observado no período 1970-1988. Isto mostra que o Setor Elétrico faz suas projeções supondo grandes modificações estruturais na economia, que permitirão um menor crescimento do consumo de energia elétrica para o mesmo crescimento econômico.

Em termos regionais, tem-se a manutenção da tendência de taxas de crescimento maiores para as regiões menos desenvolvidas. Vale dizer que o crescimento das regiões Norte e Nordeste está fortemente condicionado pelas expectativas em relação ao desenvolvimento das grandes indústrias eletro-intensivas das regiões. Este fato levou a grandes taxas de crescimento no curto prazo destas regiões, que se explicam devido a grande parte da produção destas indústrias ser destinada ao mercado externo; tendo portanto uma dinâmica independente da situação econômica do país.

Quanto à previsão do consumo total de energia elétrica, pode-se dizer que há uma queda em relação aos valores previstos no Plano 2010.

Portanto, em linhas gerais, o Plano Decenal acaba sendo mais realista do que o Plano 2010, mas não menos otimista quanto às possibilidades de obtenção de altas taxas de crescimento.

3.3. Plano Plurianual 1991/1995 - Setor de Energia Elétrica

O Plano Plurianual, foi feito em julho de 1990, e abrange o primeiro quinquênio da década de 90.

Segundo este Plano, o mercado de energia elétrica no Brasil cresceu entre 1984 e 1989, a taxas superiores às do PIB. Enquanto que a energia elétrica teve um crescimento de 6,8% a.a., o PIB cresceu a 4,6% a.a.

A explicação para este fato, encontra-se na dinâmica das principais classes de consumo de energia elétrica: industrial, residencial e comercial, para esse período. Nas três classes observa-se uma intensificação do uso de energia. Isto porque, na classe industrial tem-se o desenvolvimento das chamadas indústrias eletro-intensivas, produtoras de matérias altamente consumidoras de eletricidade, como alumínio, ferro-ligas. Quanto à comercial, trouxe uma mudança estrutural significativa com a implantação de modernos estabelecimentos comerciais e/ou escritórios onde se tem maiores níveis de consumo de energia elétrica. E quanto à classe residencial, tem-se a agregação de novos consumidores e um aumento do uso de eletrodomésticos (estimulado pela queda real da tarifa).

Ou seja, verifica-se uma ampliação do consumo de eletricidade na sociedade brasileira na segunda metade dos anos 80.

Cabe dizer agora, algo sobre a situação dos investimentos, isto é, analisar como vem se dando a expansão do sistema elétrico.

Para o período de 1985/1989, a potência instalada no país evoluiu a uma taxa média anual de 7,0% atingindo 53.863 MW

em 1989, dos quais 91% hidrelétricos e 9% termelétricos. Convém mencionar que este período caracterizou-se pela concentração dos investimentos em projetos de grande porte, que estão atualmente em fase final de entrada em operação, tais como Itaipu, Tucuruí, Balbina, Itaparica e Samuel.

Ainda neste período, verifica-se uma queda na participação dos investimentos em distribuição, de 18,8% em 1985 para 15,7% em 1989. Isto vem determinar uma perda na qualidade média do serviço de energia.

Em dezembro de 1989, o Setor de Energia Elétrica contava com ativos avaliados em Cr\$ 2,4 trilhões, dos quais 52% em operação, 33% em construção e 15% em investimentos. A contrapartida deste acervo era representada por 54% de capitais próprios e 46% de capitais de terceiros. Esses capitais de terceiros, englobavam 10% de recursos setoriais de terceiros (Reserva Global de Reversão - RGR e Empréstimo Compulsório - EC), 7% de empréstimos e financiamentos em moeda nacional e 29% de empréstimos vinculados a moedas estrangeiras.

Se compararmos a situação patrimonial da Eletrobrás em 1985 e em 1989, observamos que ela é bem mais favorável em 1989, talvez um reflexo dos efeitos surtidos com as medidas adotadas com Plano de Recuperação Setorial em 1986. O que pode ter contribuído para isto foi a obtenção de um Empréstimo Setorial junto ao BIRD no valor de US\$ 500 milhões, juntamente com os recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento (US\$ 1.032 milhões).

Além disso, temos a liquidação dos "Avisos MF", que representavam débitos junto ao Banco do Brasil, decorrentes do pagamento por este órgão de dívidas externas de responsabilidade do setor, passíveis de serem liquidados através da utilização da Conta de Resultados a Compensar - CRC, o que também contribuiu para a melhora patrimonial.

Quanto as tarifas, já foi dito no item 2.2 que a recuperação destas foi dificultada, se não anulada, em virtude dos sucessivos planos de estabilização.

Assim, com a exacerbação do processo inflacionário em 1989 aliada a deterioração das tarifas de energia elétrica, as empresas do setor elétrico são levadas a uma crise financeira, que se distribui irregularmente entre as empresas, segundo suas condições específicas e instrumentos para administrá-la. As empresas mais atingidas foram as geradoras, que tiveram perdas adicionais provocadas pela inflação, decorrente do prazo maior para recebimento das contas e do agravamento das inadimplências.

No início de 1990, o passivo circulante das empresas apresentam níveis anormais, incluindo parcela significativa com supridoras regionais devido ao débito do suprimento de energia e com a Eletrobrás devido ao serviço da dívida. Se a Eletrobrás conseguir contornar esse problema do passivo circulante, ela reforçará seu papel como Banco de Desenvolvimento Setorial, redistribuindo às concessionárias, de acordo com as premissas a serem implantadas pelo Plano Plurianual, os recursos oriundos do retorno dos financiamentos, das reservas setoriais e do Empréstimo Compulsório.

Com o que vimos até então, a consequência óbvia é a lentidão que se dará retomada do programa de investimentos; um exemplo disto é a própria previsão dos níveis de investimentos para 1990, que se situou em cerca de 55% do aprovado na Lei Orçamentária (Lei nº 7.999 de 31/01/90).

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos este trabalho, tivemos o propósito de buscar quais seriam as causas que levaram à redução dos investimentos no setor energético, na década de 80. Esta indagação se colocou como importante, na medida que a energia elétrica é imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do país.

Para responder a questão acima, fixamos a hipótese de que a principal causa da deterioração dos investimentos no setor elétrico no período, devia-se à subordinação da atividade econômica à política macroeconômica ortodoxa adotada, que obrigou esse setor a se endividar externa e internamente. Tal hipótese pode ser subdividida em dois aspectos: o interno e o externo. O primeiro relaciona-se com a redução tarifária tendo em vista o combate inflacionário. O externo, por outro lado, diz respeito à elevação das taxas de juros internacionais e o conseqüente aumento dos encargos financeiros das empresas.

A análise desses dois aspectos, intencionou mostrar a situação de fragilidade financeira apresentada pelas empresas do setor, e a condução delas ao corte dos investimentos.

No decorrer da pesquisa, pudemos constatar que as idéias centrais estavam corretas. Eis que efetivamente os baixos níveis de investimentos elétricos devem-se à utilização das estatais do setor como instrumento de política econômica. Este fato, consubstancia a política macroeconômica ortodoxa posta em prática no período e refuta a tese da pura e simples, ineficiência de gestão empresarial.

Em relação ao que havíamos nos proposto, avançamos especificamente no sentido de mostrar que a manutenção ou aprofundamento da presente situação de crise, se constituirá num dos principais entraves à seqüência do processo de industrialização do país. Isto porque, o quadro de crise apresentado não mostra a possibilidade de uma recuperação a curto prazo; tanto que mesmo os planejamentos do setor elétrico para o longo prazo, encontram-se superestimados, uma vez que a economia brasileira não retomou os níveis de crescimento esperados.

Analisando o roteiro original do trabalho, as maiores dificuldades para elaborar o texto residiram na obtenção de informações. Em virtude disso, o item que deveria tratar dos custos dos investimentos não pôde ser realizado. Ainda assim, a única constatação obtida acerca desse assunto é que realmente tais custos se elevaram substancialmente, representando um pesado encargo financeiro para as estatais elétricas.

Assim, com o resultado do presente esforço, pudemos compreender melhor as questões relativas a situação econômico-financeira da Eletrobrás, mas também tivemos a oportunidade de indagar acerca da necessidade da recomposição das tarifas. Tal questão se coloca como urgente, pois a política de contenção tarifária utilizada há mais de 10 anos no Brasil, teve como reflexo mais imediato a descapitalização das empresas de energia elétrica. Mais do que isso, a consequência da sua utilização é mais desastrosa, e representa justamente o adiamento de investimentos indispensáveis ao país.

Na verdade, se não fosse o desaquecimento da economia promovido pelo Plano Collor, já haveria a necessidade de racionamento de energia elétrica. O racionamento será inevitável se as obras previstas pela Eletrobrás não forem reiniciadas imediatamente. Vale dizer que o período crítico será o de 1993 a 1996, em especial nos anos 1994 e 1995 quando se espera a ocorrência de déficits superiores a 10% do mercado.

Torna-se urgente a recomposição das tarifas, juntamente com a rolagem de 100% de serviço da dívida externa, a fim de que se possa ter uma reprogramação dos investimentos. Assim sendo, é de suma importância a busca da antecipação do programa de expansão dos investimentos, para que o setor elétrico possa contornar o enorme déficit que vem acumulando a cada dia, em termos de oferta de energia.

Entendemos, portanto, que a sistemática de pesquisa adotada nos possibilitaria fazer, em trabalhos futuros, indagações sobre a indispensabilidade das empresas estatais de energia elétrica encontrarem uma política estável e duradoura; visando buscar novamente recursos internos e externos, para dar suporte ao desenvolvimento do Brasil.

NOTAS

- (1) SUZIGAN, Wilson. Estado e Industrialização no Brasil. Campinas-SP, IE/UNICAMP, 1988. Texto para Discussão nº 5, pp. 4-7.
- (2) Idem, ibidem, p. 7.
- (3) VILARREAL, René. A Contra-Revolução Monetarista.
- (4) GOLDENSTEIN, Lúcia. "Os Percalços da Política Econômica Recessiva (1981/82)", in Revista de Economia Política, 3(3): 141-153.
- (5) SUZIGAN, W. op. cit., p. 10.
- (6) GOLDENSTEIN, L. op. cit. Revista de Economia Política, p. 143.
- (7) Idem, ibidem, pp. 149-150.
- (8) SUZIGAN, W. op. cit., p. 11.
- (9) CORREIA, E.L. "Formação Bruta de Capital Fixo das Estatais". Conjuntura Econômica, vol. 43, junho, 1989.
- (10) SUZIGAN, W. op. cit., pp. 7-15.
- (11) FUNDAP. Financiamento e Desempenho Corrente das Empresas Privadas e Estatais. São Paulo, IESP, 1988.
- (12) CORREIA, E.L. op. cit., p. 50.
- (13) Dados obtidos do Plano 2010 da Eletrobrás.
- (14) A quota de reversão, dada pelo Decreto nº 41.019 de 1957, tinha a finalidade de gerar recursos que permitissem ao poder concedente amortizar o capital invertido quando findasse o prazo (normalmente de 30 anos) da concessão. Corresponhia a 3% do valor do investimento remunerável. Em 1971, foi criada a R.G.R., que deveria ser alimentada pela Quota de Reversão, e passava para o controle da holding.
- (15) Diário Oficial da União, 19/05/86, p. 7136, E.M. 114/86.
- (16) Plano Decenal da Eletrobrás, p. 22.

TABELA 2

Índices de Variação da Produção ,Emprego e Produtividade do trabalho na indústria de transformação

Base:1980:100

ANOS	PRODUÇÃO	EMPREGO	PRODUTIVIDADE
1981	88,7	92,7	95,7
1982	88,4	86,3	102,4
1983	83,2	79,8	104,3
1984	88,2	78,1	112,9
1985	95,7	82,5	116,0

=====

FONTE:SUZIGAN,Wilson."A indústria brasileira em 1985/86 : desempenho e política" in CARNEIRO,R(org). Política Econômica da Nova República , Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986.p.32

TABELA 3

=====

Relações entre Câmbio, Salários e preços da indústria de transformação.

Base:1980:100

Anos	Relação salá- rios por uni- dade de preços	Relação câmbio e preços	Relação câmbio e salá - rios por u - nidade de produção
------	--	----------------------------	--

1981	107,8	84,4	76,3
1982	107,3	80,5	75,0
1983	94,3	106,2	112,6
1984	79,4	105,0	132,3
1985	79,0	106,2	130,0

=====

FONTE:SUZIGAN,Wilson."A indústria brasileira em 1985/1986:desempenho e política" in CARNEIRO,R.(org).Política Econômica da Nova República,Rio de Janeiro:Paz e Terra,1986.p.32

TABELA 4-EVOLUÇÃO DOS PREÇOS REAIS(POR SETOR)-

(ÍNDICE 1980=100)

	80	81	82	83	84	85	86
Energia elétrica	100	104	103	94	92	93	84
Aços planos	100	107	82	68	75	75	60
Telecomunicações	100	87	79	65	57	48	35
Derivados de petróleo	100	105	99	100	94	66	48
Minério de ferro	100	93	99	83	73	88	73
Transp. ferroviário de cargas	100	97	102	86	86	89	61

 FONTE: CORREIA, E. L. "Formação Bruta de Capital Fixo das Estatais" Conjuntura Econômica, vol 43, junho, 1989 -pág 49

TABELA 5

=====

Receita operacional das empresas governamentais não-financeiras(a preços constantes de 80)em Cr\$ bilhões de 80.

ANOS	VALOR	VARIAÇÃO(%) ANUAL
1980	2.176,4	-
1981	2.088,9	-4,0%
1982	2.051,1	-1,8%
1983	2.023,9	-1,3%
1984	2.180,7	+7,8%
1985	2.180,8	0
1986	2.070,9	-5,0%

FONTE:CORREIA,E.L."Formação Bruta de Capital Fixo das Estatais" Conjuntura Econômica,vol43, junho,1989. p. 49

TABELA 6

=====

Encargos financeiros como percentual das receitas
operacionais nas empresas públicas não-financeiras

1980	7,3%
1981	10,5%
1982	15,3%
1983	17,1%
1984	18,0%
1985	19,2%
1986	15,5%

=====

FONTE:CORREIA,E.L."Formação Bruta de Capital Fixo
das Estatais" Conjuntura Econômica,vol43,
junho,1989. p.50

TABELA 7

Variações percentuais sobre o ano anterior da FBKF das empresas governamentais não-financeiras e de suas principais fontes de financiamento

	81	82	83	84	85	86	81/86
FBKF	-0,8	-3,7	-12,9	-21,2	-9,2	-3,3	-42,4
Recursos dispo- níveis	-0,4	-18,5	-30,3	-12,4	+7,4	-26,5	-60,9
Poup.interna	-16,4	-87,6	-137,0	-	-4,5	-33,1	-67,7
Recursos gov.	-8,8	+1,5	-23,8	-56,5	+35,8	+41,4	-29,8
Oper. crédito	+12,6	+36,6	-24,8	-13,8	+0,4	-85,2	-85,2

=====

FONTE:CORREIA,E.L."Formação Bruta de Capital Fixo das Estatais" Con-
 juntura Econômica,vol43,junho,1989. p.51

TABELA 8

ORIGENS E APLICACOES DE RECURSOS
EMPRESAS ESTATAIS

PERCENTAGEM

ANOS	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ORIGENS	100	100	100	100	100	100	100	100
(EM CZ\$ MILHOES)	247	586	459	1017	2545	4470	20552	45851
(EM CZ\$ MILHOES DE 1986)	200921	309719	121168	127914	163779	113015	162068	111074
AUTO FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-
	61.28	58.77	28.94	37.66	39.31	50.38	62.54	38.85
RES. DO EXERCICIO	20.62	3.79	16.33	22.75	15.08	10.71	25.79	28.11
BAIXA E ALIE. DE BENS	0.33	1.19	0.6	0.3	0.64	5.42	18.52	-5.27
AUM. PATRIM.LIQ.	40.32	53.78	11.99	14.6	23.59	34.23	18.21	16.01
SUB-TOTAL	61.28	58.77	28.94	37.66	39.31	50.38	62.54	38.85
OUTRAS ORIG. OPER.	-0.34	5.57	11.21	-5.75	-0.87	-17.7	-28.12	-21.39
REC. DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-
FINANCIAMENTO	27.87	27.19	51.5	62.73	56.62	61.17	54.03	57.15
DEBENTURES	-	0.09	0.03	0.19	1.26	3.16	1.03	0.05
SUB-TOTAL	27.87	27.28	51.54	62.93	57.89	64.34	55.06	57.21
OUTRAS	11.18	8.36	8.29	5.15	3.66	2.98	10.52	25.32
APLICACOES	110	106.64	113.2	131.02	117.4	176.14	129.25	184.44
INVESTIMENTOS	1.88	1.26	2.6	2.75	4.3	13.78	22.21	2.71
IMOBILIZADO	81.07	86.49	68.43	73.3	68.8	77.01	41.44	57.33
DIFERIDO	3.93	4	5.54	7.24	8	22.23	5.82	16.85
AUM. REAL.L.P.	6.13	4.95	5.82	10.54	7.25	8.7	10.48	13.69
RED.EXIG.L.P.	7.7	5.26	16.59	18.84	18.61	35.38	37.48	71.11
OUTRAS APLICACOES	9.27	4.64	14.19	18.31	10.42	19.01	11.79	22.73
AC. CAP. CIRCUL. LIQ.	-10	-6.64	-13.2	-31.02	-17.4	-76.14	-29.25	-84.44
AC. REAL CAP. CIRC. LIQ.	-9.66	-12.22	-24.41	-25.26	-16.52	-58.43	-1.12	-63.04

NUMERO DE EMPRESAS: 41

FONTE: FUNDAP. Financiamento e desempenho corrente
das empresas privadas e estatais.SP,IFSP,1988.

TABELA 9

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EMPRESAS ESTATAIS

ANOS	PERCENTAGEM							
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECEITA OPERACIONAL LIQ.	100	100	100	100	100	100	100	100
(EM CZ\$ MILHOES)	374	647	1602	3457	6598	17437	58686	190924
(EM CZ\$ MILHOES DE 1986)	304229	341960	422900	434809	424603	440863	462785	462517
CUSTO PROD. SERV.	74.54	73.18	78.98	78.47	76.59	72.12	66.16	67.17
DESPESAS OPERACIONAIS	20.31	24.78	20.9	22.35	21.89	34.77	28.99	21.82
DESP. FIN. LIQ.	7.83	11.92	11.7	13.83	11.58	24.11	21.14	10.49
CUSTOS IND.	8.42	8.29	6.69	6.56	7.63	7.74	5.31	6.01
OUTRAS	4.06	4.55	2.5	1.95	2.67	2.91	2.54	5.3
LUCRO OPERACIONAL	5.13	2.02	0.11	-0.83	1.51	-6.89	4.84	11
LUCRO NAO OPERACIONAL	2.91	-0.02	3.33	3.22	4.46	6.36	2.79	2.32
REC. NAO OP.	3.85	3.34	2.7	3.1	3.76	5.31	1.89	1.05
PART.CONT.COL.	0.81	0.62	1.69	1.02	1.37	2.15	3.66	3.31
REC. NAO OP. TOTAL	4.66	3.98	4.4	4.13	5.13	7.47	5.56	4.37
DESP. NAO OP.	1.75	4.01	1.06	0.9	0.67	1.11	2.77	2.04
LUCRO OP. E NAO OP.	8.04	2	3.45	2.39	5.98	-0.53	7.63	13.32
EFEITOS INFLACIONARIOS	2.39	0.9	2.38	5.46	-0.34	4.06	2.84	-5.53
CORRECAO MONET.	-23.47	-30.16	-24.58	-39.31	-41.54	-68.47	-98.34	-76.84
VAR. MON. E CAM.	21.07	29.26	22.19	33.84	41.89	64.41	95.49	82.37
LUC. OP. E NAO OP. COR.	10.44	2.9	5.83	7.85	5.63	3.52	10.48	7.79
IMPOSTO DE RENDA	0.86	-0.07	0.8	0.72	0.79	0.68	1.27	1.17
PARTICIPACOES	0.48	0.6	0.32	0.33	0.34	0.01	0.01	0.02
LUCRO LIQUIDO	9.08	2.37	4.7	6.8	4.48	2.82	9.19	6.59

NÚMERO DE EMPRESAS: 41

FONTE: FUNDAÇÃO Financiamento e desempenho corrente das empresas
privadas e estatais.SP, IESP, 1988

INDICADORES SELECIONADOS
EMPRESAS ESTATAIS

PERCENTAGEM

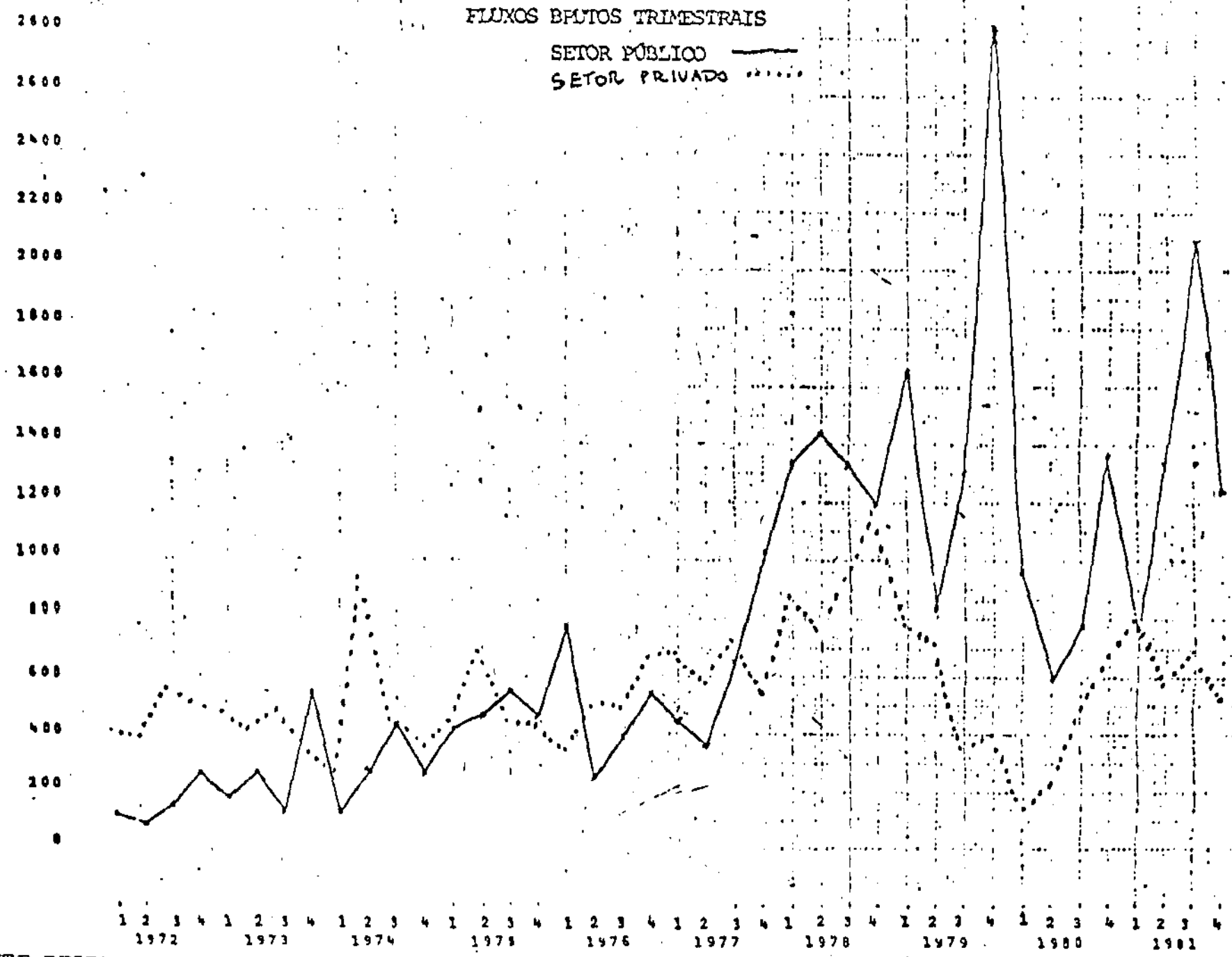
ANOS	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
- TAXA DE LUCRO								
LO/AT	1,72	0,67	0,34	0,86	0,89	-1,17	2,03	3,48
LNO/AT	0,60	-0,16	0,50	0,77	0,95	1,04	-0,20	-0,20
LONO/AT	2,33	0,90	1,23	0,83	1,83	-0,13	1,83	1,13
LONOC/AT	3,02	0,73	2,00	2,74	1,73	0,07	2,50	1,05
LLIR/AT	2,63	0,59	1,68	2,07	1,37	0,70	2,17	1,55
LO/PL	3,46	1,39	1,45	0,14	1,97	-2,01	4,72	7,66
LNO/PL	1,22	-0,34	1,32	1,72	2,11	2,50	-0,43	-0,71
LONO/PL	4,68	1,84	2,77	1,07	4,07	-0,31	4,27	7,13
LONOC/PL	4,97	1,52	4,43	3,15	3,85	2,07	5,01	4,17
LLIR/PL	5,29	1,24	3,70	5,32	3,07	1,67	5,10	3,50
I - MARGENS DE LUCRO								
MARK-UP	34,14	36,64	26,61	27,42	30,56	33,65	51,13	40,34
LO/RO	5,94	2,66	1,00	0,10	2,00	-4,73	0,51	14,31
LONO/RO	8,04	2,00	3,43	2,37	5,23	-0,53	7,63	17,32
LONOC/RO	10,44	2,90	5,83	7,05	5,69	3,52	10,40	7,79
LLIR/RO	9,08	2,37	4,70	6,80	4,43	2,02	2,17	3,57
LONO/DFL/RO	15,07	13,93	15,15	16,73	17,56	23,50	20,70	23,82
II - ENDIVIDAMENTO								
EXT/PT	100,58	107,70	124,67	123,44	122,17	138,74	132,44	124,70
FIN.EXT./PL	83,35	91,40	88,50	87,85	101,09	119,46	114,47	105,74
FIN.DAN./PL	71,02	74,38	76,80	73,50	87,31	103,73	103,13	97,50
III - COMPOSICAO DO EXIGIVEL								
FORNECEDOR/EXT	8,25	12,07	0,98	0,00	0,72	10,63	7,47	6,56
DUPLI.DESCONT/EXT	0,51	0,41	0,42	0,41	0,45	0,41	0,11	0,40
LIQ. E LMP/EXT	70,10	68,65	61,12	61,56	72,09	74,40	77,79	77,86
DEBITORES/EXT	3,97	3,70	0,44	0,37	0,66	0,52	1,05	0,13
OUTROS/EXT	17,64	15,55	29,90	29,24	17,71	14,43	13,67	15,60
- INDICADOR DE ESTRUTURA								
AT.PERIL/EX.LP+PL	99,04	100,25	101,30	103,01	102,34	105,02	101,60	102,06
I - COMP. REC. CUST. LUCRO								
RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-
RO/RT	95,54	96,16	95,78	96,03	95,11	93,04	94,72	95,00
RNO/RT	4,45	3,83	4,21	3,96	4,88	6,95	5,27	4,19
CUSTOS	-	-	-	-	-	-	-	-
CO/CT	70,58	74,69	79,07	77,02	77,76	67,46	69,53	75,40
CT/CT	17,13	20,34	18,42	20,23	19,51	27,00	27,90	13,77
DFL/CT	8,25	12,17	11,71	13,72	11,75	22,56	22,22	11,79
LUCRO	-	-	-	-	-	-	-	-
LO/LONO	73,90	133,10	52,30	7,71	40,24	805,31	111,44	107,41
LNO/LONO	26,07	-33,10	47,61	92,08	51,75	705,61	-11,44	7,34
FIN/LONO	97,30	595,15	339,28	570,34	173,64	-4.508,47	276,03	70,74
II - DESP. E REC. FIN.								
DFL/RO	7,03	11,92	11,70	13,83	11,50	24,11	21,14	10,49
DFL/LONO	97,30	595,15	339,20	570,34	173,64	-4.508,47	276,03	70,74
III - LIQUIDEZ								
AC/PC	95,53	90,05	80,13	79,46	77,97	69,24	80,22	60,57
APL.FIN./AT	2,37	1,77	1,45	1,03	1,31	1,60	1,90	1,50
X - ALAVANCAGEM FIN								
ALAV. FIN. A	0,00	-2,47	-2,65	-3,01	-1,32	-4,18	-2,64	-1,46
ALAV.FIN. B	0,77	-2,21	-1,57	-1,45	-1,45	-4,77	-1,74	-0,13

NUMERO DE EMPRESAS : 41

FORNTE: FUNDAP . Financiamento e desempenho corrente das empresas privadas e estatais - SP, IESP, 1988.

S\$ 10⁹

EMPRÉSTIMOS EM MOEDA - LEI Nº 4131
 FLUXOS BRUTOS TRIMESTRAIS
 SETOR PÚBLICO ———
 SETOR PRIVADO



ONTE:REGISTROS EFETUADOS JUNTO À FISCALIZAÇÃO E REGISTROS DE CAPITAIS ESTRANGEIROS=FIRCE=DO BACEN

TABELA 12

=====

COMPOSIÇÃO E CRESCIMENTO DA CAPTAÇÃO BRUTA ANUAL DE RECURSOS EXTERNOS, VIA LEI Nº 4131/76, POR

SETOR DE ATIVIDADE - 1972/81

- em % -

SETORES	ANOS	Participação no Total do Empréstimo					Taxa Crescimento Média Anual (US\$ corr.)			
		1972	1975	1977	1979	1981	1975/72	1977/75	1979/77	1981/77
TOTAL		100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	14.7	13.5	33.4	- 6.3
Setor Público		24.9	50.4	51.5	76.8	69.6	45.0	14.7	63.0	-10.8
Energia		3.6	4.8	12.2	18.5	26.5	26.0	81.3	64.4	12.1
Siderurgia		0.2	1.9	12.6	10.6	4.2	164.3	191.2	22.3	-41.1
Petroquímica		2.9	3.4	2.8	1.5	6.9	21.5	2.3	- 0.8	97.4
Setor Privado		75.1	49.6	48.5	23.2	30.4	- 0.1	12.2	- 7.7	7.3

FONTE: Dados primários DAVIDOFF, P., "Dívida Externa e Política Econômica", Ed. Brasiliense, 1984, p. 96.

TABELA 13

BRASIL - SETOR DE ENERGIA ELETRICA
ESTRUTURA DE FONTES E USOS DE RECURSOS

Em Percentuais

ESPECIFICACAO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
FONTES	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Preço Setorial (1)	52.2	47.5	49.7	48.0	43.0	44.3	42.5	49.3	45.7	46.6	29.7 ↓
Fluxo Fiscal Exogeno (2)	18.0	19.4	13.6	10.0	10.0	5.6	5.3	7.1	8.1	10.4	6.2
Endividamento	22.0	26.9	29.7	36.0	36.1	42.7	45.1	37.3	36.5	37.1	59.7
USOS	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Investimento	70.9	67.0	68.1	71.4	67.6	58.2	56.0	54.2	62.6	58.2	39.6
Serviço Divida	13.2	13.3	12.7	15.2	18.3	25.3	33.0	29.4	39.9	54.0	46.8 ↑
Dividendos	9.9	10.0	10.3	7.0	6.4	4.1	2.7	1.5	2.7	1.5	0.8
Outras Aplicacoes (3)	6.1	9.7	8.9	6.4	7.7	12.3	7.5	15.0	- 5.2	- 13.7	10.7

(1) Inclui empréstimo compulsório.

(2) Transferências de União, Estados e Municípios.

(3) Inclui Capital Circulante Fixo (variações) e Outras Aplicações.

FONTE: ELETRONBRAS. Departamento de Estudos Econômicos, Setor de Energia Elétrica - Fontes e usos de recursos Retrospectiva - 1974-84. Brasília - maio s.d.

TABELA 14

ESTRUTURA DE FONTES E USOS DE RECURSOS - 1974 - 1984
TAXAS CRESCIMENTO REAL 1974=100

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
FONTES/USOS	100,0	128,3	128,4	137,6	154,5	175,1	172,5	192,9	189,6	165,1	241,1
REÇO SETORIAL	100,0	115,1	122,0	124,1	133,8	150,9	142,8	184,5	168,8	144,5	137,0
FLUXO FISCAL EXÓGENO	100,0	137,8	97,0	76,4	85,8	54,7	50,5	78,3	85,3	95,6	82,8
INDIVIDUAMENTO	100,0	156,3	173,4	224,5	267,0	339,4	353,0	336,7	331,5	277,8	(652,2)
USOS											
INVESTIMENTO	100,0	121,3	123,8	138,6	143,8	143,8	136,2	152,0	167,4	135,5	134,6
SERVIÇO DÍVIDA	100,0	128,8	124,3	158,4	214,0	336,0	441,0	573,1	573,1	675,0	(891,1)

FONTE: FUNDAP. Financiamento das empresas estatais.SP, IESP,
1989. vl, cap 5

TABELA 15

EMPRESAS ESTATAIS E SETOR ELÉTRICO.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO 1980-1985^{1/}

	<u>Estoque</u>				<u>US\$ bi</u>	
	1980	1991	1992	1993	1994	1995
3. ELETROBRÁS	5,8	7,0	8,3	9,2	10,4	
ITAIPU	1,6	2,1	2,4	2,7	3,0	3,5
Grandes Concessionárias ^{2/}	3,0	3,1	3,4		4,6	5,2
NUCLEBRÁS	0,4	0,8	1,3	1,7	2,2	2,6
Setor Elétrico (1+2+3+4)	10,8	13,0	15,4		20,2	23,7
Setor Prod. Estatal ^{3/}	20,1	24,7	29,9	33,0	34,8	37,3
Dívida Externa Registrada						
Global	53,8	61,4	70,2	81,3	91,1	91,4

1/ Metodologia - Calculado, a partir de dados de balanço, pela agregação de EMP/REINANC/MOEDA ESTRANG. e FME/RESOLUÇÃO 53 do PASSIVO CIRCULANTE e do EXIGIVEL DE LONGO PRAZO; dados consolidados para GRUPO ELETROBRÁS e SETOR PRODUTIVO ESTATAL, dados individuais por empresa para os demais.

2/ Incluem-se aí apenas as 6 concessionárias estaduais portadoras de maiores dívidas externas, que compõe em conjunto cerca de 90% da dívida externa das concessionárias estaduais: CEMIS, CESP, COPEL, CEEE, CPFL, ELETROPAULO.

3/ O setor produtivo estatal exclui as concessionárias estaduais. O dado da linha 6, portanto, inclui as linhas 1, 2 e 4.

Fonte: SEST/SEPLAN Perfil das Empresas Estatais - 1986.

TABELA 16

Setor Elétrico Brasileiro⁽¹⁾Us\$ milhões⁽²⁾Dados de Captação e Serviço da Dívida Externa
1974 - 1984

	CAPTAÇÃO			SERVIÇO ⁽⁴⁾		
	1- Brasil	2- S.Elétrico ⁽³⁾	2/1	3- Brasil	4- Setor	4/3
1974	6.891	470	6,8	2.595	235	9,1
1975	6.148	699	11,4	3.666	312	8,5
1976	8.054	683	8,5	4.814	358	7,4
1977	8.568	1.373	16,0	6.266	501	9,0
1978	14.228	1.805	12,7	8.122	584	8,4
1979	11.992	1.896	15,8	10.713	1.032	10,1
1980	12.318	2.282	18,5	13.000	1.605	12,3
1981	17.750	2.910	16,4	16.657	2.005	12,0
1982	14.880	3.117	20,4	19.568	2.501	12,8
1983	15.125	1.880	12,4	19.930	2.571	13,0
1984	16.932	3.380	20,0	14.315	3.594	25,1

(1) Exclusive ITAIPU.

(2) Taxa média anual para conversão.

(3) Inclui avisos GE-588, MF-30 e 09 do BC.

(4) Amortizações e juros.

FONTE: FUNDAP. Financiamento das empresas estatais. SP, IESP, 1989, v.1,

TABELA 17

TAXAS DE JUROS - TAXA MEDIA MENSAL

1977/85

(%)

ANOS	CDB		OVERNIGHT	
	NOMINAL	REAL (1)	NOMINAL	REAL (1)
1977	2.33	.17	2.95	.77
1978	3.39	2.32	4.84	3.26
1979	3.75	-3.33	2.49	-4.50
1980	6.16	.24	5.28	-.59
1981	6.16	2.27	6.81	2.90
1982	8.26	2.20	8.71	2.62
1983	9.57	-.32	9.50	-.38
1984	12.19	1.72	11.12	.75
1985	12.33	1.56	11.67	.97

NOTA: (1) DEFLATOR: IGP-DI

FONTE: FUNDAP. Financiamento e desempenho corrente das
empresas privadas e estatais. Sp, IESP, 1988.

TABELA 18

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DO CREDITO

(VALORES REAIS DE DEZ/78 = 100)

ANOS	BANCO DO BRASIL	BANCOS COMERCIAIS	SISTEMA MONETARIO	SISTEMA NÃO MONETARIO	TOTAL SISTEMA FINANCEIRO
DEZ/78	100	100	100	100	100
DEZ/79	92	96	94	91	92
DEZ/80	74	78	76	76	76
DEZ/81	63	82	74	84	80
DEZ/82	54	82	70	100	85
DEZ/83	34	69	54	83	68
DEZ/84	23	73	50	78	64
DEZ/85	27	80	55	78	66

FONTE: BACEN. in FUNDAP. Financiamento e desempenho corrente das
empresas privadas e estatais.SP, IESP, 1988.

TABELA 19

=====

Operações de crédito(líquidas)do setor produtivo estatal
(a preços constantes de 80)* (Cr\$ bilhões de 80)

ANOS	Oper.de longo prazo			Fluxo	Variação
	Interna	Externa	Curto	líquido	s/ano
			prazo	total	anterior
=====					
1980	150,2	104,4	0	254,6	-
1981	95,7	191,1	0	286,8	+12,6%
1982	134,1	209,0	48,7	391,8	+36,6%
1983	6,3	95,1	193,3	294,7	-24,8%
1984	-10,0	255,9	8,2	254,1	-13,8%
1985	13,7	10,2	231,2	255,1	+0,4%
1986	-33,0	-26,3	197,1	37,8	-85,2%

* Deflator IGP-D FONTE : SEST Relatório Anual 1987

TABELA 20

SETOR ELETRICO BRASILEIRO

CONFRONTO ENTRE O INVESTIMENTO DO SETOR E A FBKF DO PAIS (1)

Em Cr\$ bilhoes de 1984			Indices: 1974=100		INV./ FBKF
Anos	FBKF	INV. SETOR (3)	FBKF	INV. SETOR	%
1974	73312.4	4785.7	100	100	6.5
1975	82029.8	5394.1	111.9	112.7	6.6
1976	81280.4	5543.2	110.9	115.8	6.8
1977	80872.3	5879.9	110.3	122.9	7.3
1978	82409.6	6067.6	112.4	126.8	7.4
1979	80154.5	5994	109.3	125.2	7.5
1980	83741.8	5479.7	114.2	114.5	6.5
1981	80431.2	5863.1	109.7	122.5	7.3
1982	81254.1	6447.2	110.8	134.7	7.9
1983	62851.8	5445.4	85.7	113.8	8.7
1984	(4) 63463.7	4986.3	86.6	104.2	7.6

Fontes: CENTRO DE CONTAS NACIONAIS - DCS/IBRE/FGV

NOTAS: (1) Exclusive Auto-Produtores e Aplicacoes em Itaipu-Binacional

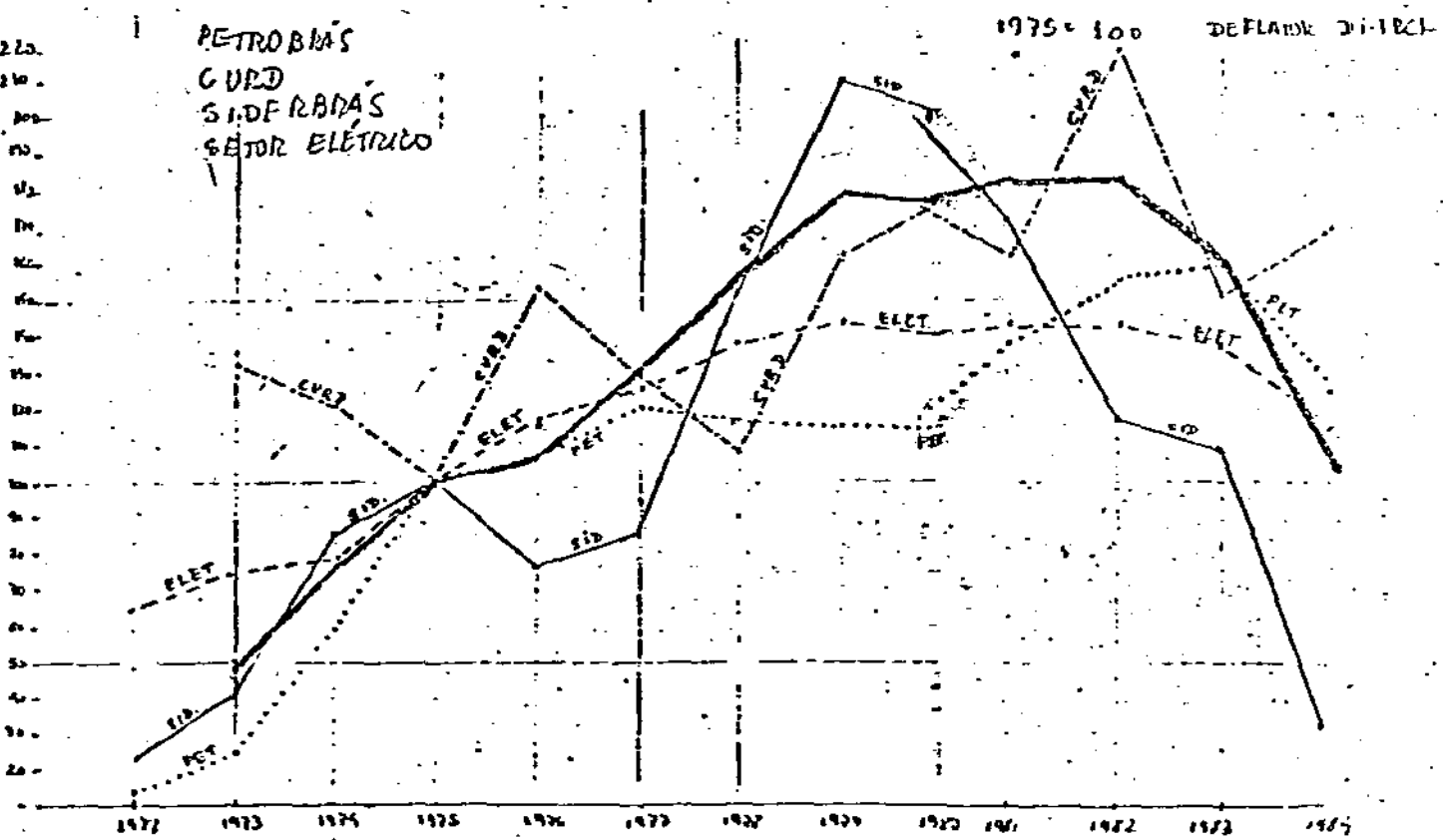
(2) Atualizacao por Deflator Implicito do PIB

(3) Exclusive DRIC (Despesa com Remuneracao das Imobilizacoes em curs

(4) Estimativa Preliminar

TABELA 21

MAIORES GRUPOS DO SPE - EVOLUÇÃO REAL INVESTIMENTO



EVOLUÇÃO REAL DO PIB E DOS INVESTIMENTOS DAS PRINCIPAIS

— EMPRESAS ESTATAIS — 1970/84

(Taxa de Crescimento Médio Anual, %)

CONTAS	PERÍODOS	1970/73	1974/78	1979-83
PIB		12.2	6.5	7.8
FDCT		25.3	6.1	7.1
Investimentos PETROBRÁS		14.3	5.4	15.1
Investimentos Setor Elétrico		10.7	14.8	12.4
Investimentos Grupo SIDERBRÁS		...	25.1	18.1

FONTE: CON-PEV, E-IES, ELETROBRÁS e CONSUEL

TABELA 22

PRS -	INVESTIMENTO TOTAL		PREVISTO	CRSbi preços médios de		
	1985	1986		1988	1989	TOTAL
versão Jun.85	28.044,7	36.110,6	33.226,2	21.956,1	31.521,7	160.849,3
1ª Revisão	28.020,2	35.131,3	32.151,5	31.334,1	31.557,8	156.204,9
versão nov.85	25.712,2	29.510,0	32.537,0	32.687,1	35.509,2	155.955,5

FONTE: FUNDAP. Financiamento das empresas estatais SP, IESP, 1989, v.1, cap5

TABELA 23

INVESTIMENTO ADEQUADO AOS RECURSOS						
	1985	1986	1987	1988	1989	TOTAL
Obras planejadas até 89	23.739,2	29.948,4	24.396,5	20.238,0	17.943,8	113.215,9
Obras planejadas após 89	1.923,0	2.661,6	8.140,5	12.449,1	17.565,4	42.739,5
TOTAL	25.712,2	29.510,0	32.537,0	32.687,1	35.509,2	155.955,5

FONTE: Idem, ibidem

TABELA 24

PLANO DE RECUPERAÇÃO SETORIAL
INVESTIMENTO ECONÔMICO POR EMPRESA

CZIXEG - Preços de junho de 1986 - US\$ 1.00 = CZT 11,84

	1986	1987	1988	1989	1990	TOTAL
OUTRAS	23044.6	36256.3	36510.7	36845.6	43684.5	176341.7
ELETROFORTE	8111.8	12072.0	8919.9	5519.6	5701.5	40424.8
CEASF	6393.9	8449.7	9191.9	9564.4	11030.5	44788.4
FURNAS	3683.7	7206.6	8493.5	8066.9	10141.5	38192.2
ELETROSUL	3411.1	5905.0	7048.1	10324.9	13371.4	40060.5
LIGIT	1008.5	1723.5	2538.6	2759.1	2849.6	10879.3
ESCELSA	435.6	209.5	318.7	410.7	532.0	1996.5
COLIGADAS	26132.5	37250.7	42563.7	47310.5	46791.8	200049.2
CESP	7272.9	9311.9	12066.1	12254.9	11162.9	52068.7
CPFL	602.2	977.0	1233.2	1415.0	1493.0	5740.4
ELETRORIO	4516.8	4686.2	4899.3	5875.1	5278.4	25255.8
CEMIG	2784.9	3945.3	5053.6	6385.0	7721.4	25890.2
COVEL	1201.0	2141.5	2803.7	4009.2	4995.0	15155.4
CEEE	1187.7	2648.8	2794.1	4095.9	4180.6	14907.1
CELESC	926.7	796.7	1200.0	1329.2	1364.7	5617.3
CHLG	1463.6	1590.9	1269.6	1765.2	978.5	6567.8
CEA	58.3	50.9	43.2	37.4	37.1	226.9
CEAL	132.1	394.6	257.3	184.8	211.5	1180.3
CEM	257.5	558.5	774.0	679.9	347.0	2616.9
CEB	154.5	184.7	221.9	260.3	255.7	1091.1
CELPA	835.4	890.5	1058.2	1058.8	744.3	4597.2
CEJPE	205.2	459.0	466.4	470.0	485.2	2166.8
CEPAR	750.0	672.9	557.4	625.9	435.6	3042.8
CEPAT	450.0	1984.6	1451.1	779.5	1016.4	5681.6
CEPISA	137.3	162.8	165.1	246.8	222.7	934.7
CEPEL	161.3	891.0	936.0	903.0	495.9	3384.2
CELESA	1153.2	1454.1	1737.1	2072.9	2377.4	8794.7
COELCE	198.4	283.4	349.4	352.5	423.3	1620.0
CEB	43.1	484.4	774.8	547.4	57.7	1907.4
CEU	723.6	926.2	844.3	940.6	953.5	4338.2
COSEB	183.8	257.9	263.5	312.7	275.4	1293.3
ELETOACRE	68.3	100.1	111.5	97.0	101.7	479.4
ENERGIPE	92.0	279.0	204.5	186.1	131.3	895.9
ENERSUL	400.0	759.2	572.7	408.5	675.4	2815.8
SAELPA	91.7	338.6	437.7	519.1	332.2	1719.3
ITAIPU	8783.7	8738.8	6781.3	4271.3	1970.1	30545.2
TOTAL	57960.8	82245.8	85855.7	88427.4	92446.4	406936.1

FONTE: D.O.U. 19/01/1987 E.M. 008/87. in FUNDAP Financia-
mento das empresas estatais. SP, IESP, 1989, v.1, cap5

TABELA 25

BRASIL
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA FONTES DE RECURSOS (X)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
TAXA CRESC. REAL DE RECURSOS		12,9	9,2	22,4	5,5	22,6	11,1	12,9			
	↓							↓			
1. REC. GERAÇÃO ENDOGENA	37,7	36,2	33,8	41,9	41,4	51,1	55,8	56,9	35,9	41,9	48,9
GERAÇÃO INTERNA	24,6	21,7	18,8	24,9	21,6	24,2	25,4	22,9	19,8	15,9	18,3
IUZE	5,8	6,4	6,7	6,6	8,2	9,5	10,5	9,7	7,6	7,2	7,1
RES. GLOBAL REVERSAO	—	—	—	—	—	8,5	10,5	9,9	8,5	10,1	9,1
EMP. COMPEL.SORTEO	3,1	7,5	8,3	10,4	11,6	8,9	9,4	6,4	7,2	7,7	6,4
2. REC. FISCAIS EXOGENOS	↓							↓			
ADPTE CAPITAL GOVERNO	21,3	30,6	25,9	21,5	19,6	16,4	20,0	18,0	18,3	14,2	10,0
1 + 2	69,0	66,8	69,7	63,4	61,0	67,5	75,0	69,7	54,2	56,1	50,9
3. RECURSOS DE TERCEIROS	26,0	28,0	35,7	34,5	35,1	31,9	25,7	30,1	37,0	40,8	48,4
ADPTE CAPITAL	0,6	1,7	3,2	1,9	2,7	4,3	0,3	0,9	3,4	0,5	0,5
EMP. PAIS	13,0	13,9	15,3	15,3	13,5	4,1	6,5	10,0	13,3	22,8	17,3
EMP. EXT.	13,0	12,4	17,2	17,3	18,9	23,0	16,9	19,2	20,3	17,5	30,6
4. OUTROS RECS.	4,4	5,2	4,6	2,1	3,9	0,6	-1,5	0,2	1,6	3,1	0,7
TOTAL	100,2	102,2	100,0	102,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Calculada a partir de REICHSTUL, pag 117 O financiamento do setor energético e a autonomia das empresas estatais in : Estudos Econômicos IPE/USP, set. 1981 IN FUNDAP, Financiamento das empresas estatais SP, IESP, 1989, v. 1, cap 5

TABELA 26

FONTES DE RECURSOS DAS EMPRESAS CONCESSIOHARIAS DE ENERGIA ELÉTRICA (EXCLUI ELETROBRAS)

X

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
REC.GERACAO ENDOGENA	24,8	24,9	24,3	27,8	27,4	29,4	29,6	28,1	22,6	22,2	20,9
ELETOBRAS	29,4	22,8	23,5	27,2	27,8	31,2	36,4	33,2	34,2	35,8	38,9
APORTES	6,8	4,8	2,3	8,1	7,0	5,2	8,3	7,0	5,6	7,1	5,6
FINANCIAMENTOS	22,6	18,0	21,2	19,1	20,8	26,0	28,7	26,2	28,6	28,7	33,3
GOVERNO	27,8	30,9	28,2	18,7	16,7	11,7	15,4	15,4	17,7	17,4	14,5
APORTES	21,9	2,1	3,8	10,1	3,2	9,4	11,1	3,6	5,3	5,5	4,9
FINANCIAMENTOS	2,2	2,6	7,6	2,8	2,0	0,5	1,5	2,4	2,6	3,9	5,3
SISTEMA FINANC.PRIVADO	18,6	21,3	22,2	26,4	26,8	23,4	19,8	23,2	24,0	24,6	25,5
PAIS	7,1	19,0	6,5	11,2	10,4	3,5	4,2	6,8	6,4	9,1	6,8
EXTERIOR	11,5	11,3	15,7	15,2	16,4	19,9	14,8	16,4	17,6	15,5	18,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TAXA DE CRESC.REAL RECS.		6,5	11,4	26,3	4,8	17,7	19,4	18,1	33,8	3,0	19,5

Fonte: FUNDAP Financiamento das empresas estatais. SP, IESP, v.1,
1989, cap 5.

TABELA 27

FONTES DE RECURSOS - ELETRONAS

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
RECURSOS GERACAO											
ENDOGENA	12.8	88.6	26.6	35.3	26	29.4	37.4	26.4	38.2	30.5	33.7
RECURSOS EXOGENOS	61.1	87.3	76.9	62.1	70	65.7	62.3	72.2	49.8	46.3	40.9
do Setor	47.1	52.6	53.4	43.7	48.8	51.4	47.8	50.8	37.7	39.4	38.7
IUEE	15.8	17.9	18.2	9.5	11.2	11.3	11.1	9.6	7.4	5.4	4.4
Emp. Compuls.	31.3	34.7	35.2	34.2	37.6	22.9	23.7	19.8	17.7	16.6	13.2
RGR						17.2	13	21.4	12.6	17.4	20.1
do Governo	14	18.4	23.5	18.4	21.2	14.3	14.5	14.7	12.1	6.9	2.1
SISTEMA FIN.											
PRIVADO	12.3	6.6	4	2.1	3.7	5.9	3.6	2.9	10.2	21.7	27.3
Pais	10.6	3.9	1.3				0.3		8.2	19.5	7.9
Exterior	1.7	2.7	2.7	2.1	3.7	5.9	3.3	2.9	2	2.2	19.4
OUTROS											
RECURSOS	13.8	-1.2	-7.5	0.5	0.3	-1	-3.3	5.2	1.8	1.5	-0.08
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total do											
Cresc. Real		8.5	12.1	59.9	6.9	53.1	13.6	21.4	26.1	22.9	17.1

Fonte: FUNDAP - Financiamento das empresas estatais SP, IESP, 1989, v.1, cap5

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES DE PREÇOS GERAIS E DE PRODUTOS
DAS EMPRESAS ESTATAIS PRODUTIVAS - 1970/84

(Taxa de crescimento média dos preços médios anuais)

ÍNDICES	PERÍODOS	- em % a.a.			
		1975/1970	1979/1975	1982/1979	1984/1982
IGP-DI		21.7	44.0	101.8	185.7
IPA-Bens Prod.: Matérias-Primas		22.1	37.3	96.9	181.5
Média dos Derivados do Petróleo		32.8	46.2	117.5	190.3
Gasolina		45.3	49.3	117.4	166.4
Óleo Diesel		28.2	53.5	116.1	183.9
Óleo Combustível		28.1	55.7	159.8	205.6
Tarifa Média Energia Elétrica		23.7	34.8	100.3	156.8
Residencial		25.3	33.4	84.4	152.2
Industrial		23.0	38.0	108.3	165.5
Prod. Ferro CVRD - Merc. Interno		34.3	41.9	83.7	214.7
IPA-Prod. Ind.: Ferro, Aço e Derivados		23.3	33.6	84.0	142.2

FONTES: IBRE/FGV, CNP, ELETROBRÁS e CVRD.

TABELA 29

PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DO SETOR DE ENERGIA ELETRICA - 1970/84

INDICADORES / ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
I- INDICADORES FISICOS															
Capacidade Instalada (MW)	11,460	12,490	14,825	16,698	18,285	21,124	22,746	24,890	27,455	30,283	31,352	35,602	37,171	39,618	41,562
Consumo (MWh)	38,152	42,887	47,979	54,928	61,639	68,459	77,572	86,965	97,160	109,248	120,750	124,018	131,579	141,571	157,173
Consumo Industrial (MWh)	19,950	22,782	25,733	30,853	34,867	37,853	43,589	49,155	55,699	63,254	69,999	69,544	72,514	77,150	89,569
Consumo Residencial (MWh)	8,365	9,178	9,885	10,943	12,020	13,210	14,877	17,133	18,946	21,098	23,264	25,653	27,110	29,727	32,953
II- INDICES REAIS DAS TARIFAS MEDIAS DE ENERGIA ELETRICA (Cr\$/MWh)*															
Global	100,0	100,4	109,0	100,0	100,8	108,5	97,1	91,2	87,0	83,3	79,2	87,1	81,5	71,1	65,8
Residencial	100,0	104,6	116,0	115,2	103,6	115,9	104,9	96,9	69,6	85,2	73,4	79,4	65,0	57,1	52,7
Comercial	100,0	103,9	113,3	110,9	104,1	109,2	98,5	91,3	86,0	84,6	83,3	88,0	83,9	72,7	59,5
Industrial	100,0	91,3	103,0	102,0	94,8	105,4	95,4	93,7	92,3	88,8	88,1	103,2	97,7	84,4	84,3
III- INDICADORES MACROECONOMICOS (1970=100)*															
Produto (bruto adicionado bruto, p.m.)	100,0	113,9	124,5	136,2	138,7	156,8	153,3	150,1	158,5	154,5	152,5	174,5	205,8	179,7	187,8
Investimento **	100,0	111,2	125,7	135,9	146,4	176,3	209,8	225,9	253,9	264,1	259,1	267,3	268,3	229,4	197,6
X ca FBCF	8,9	7,6	7,7	7,1	6,6	7,0	7,6	8,4	9,0	9,0	8,2	9,7	10,1	10,5	8,9
X em PIB	1,9	1,9	1,9	1,6	1,8	2,1	2,0	2,1	2,2	2,0	1,8	2,0	2,1	1,8	1,5
RECEITA OPERACIONAL	100,0	111,3	145,4	154,8	154,4	179,5	177,3	186,1	169,9	143,8	172,1	199,6	175,4	157,5	—

Fonte: ELETROBRAS

Notas: * Deflator: IGP-DI - a excecao dos investimentos, pelo DI-FBCF, e produto setorial, pelo DI-PIB.

** Inclui ITAIPU BINACIONAL

EVOLUÇÃO REAL DOS PRINCIPAIS PREÇOS E TARIFAS MÉDIAS ANUAIS DE EMPRESAS ESTATAIS PRODUTIVAS - 1970/84

(Número-Índice: Base 1970=100)

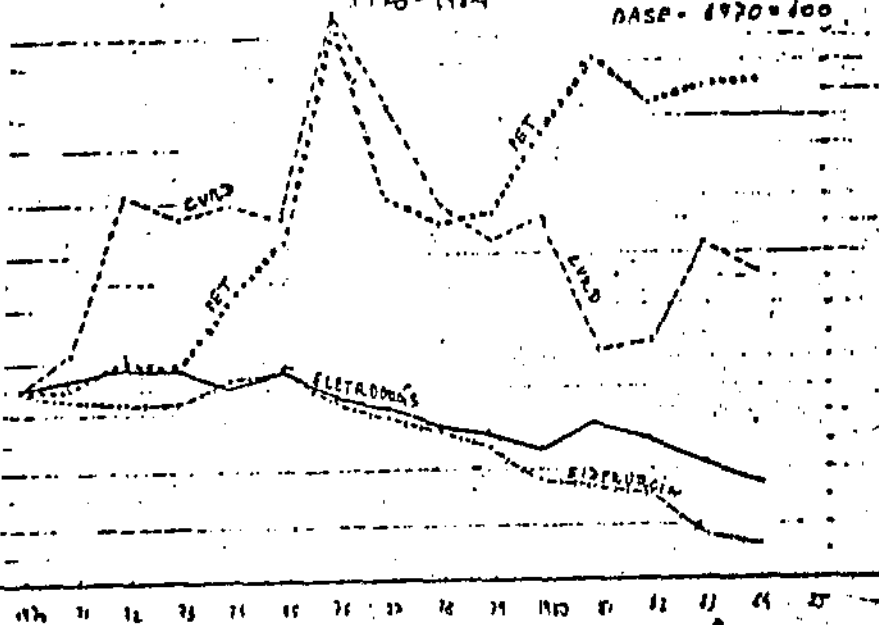
ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
PRODUTOS DE PETRÓLEO	100,0	109,5	110,2	107,0	137,5	154,9	235,3	170,3	160,6	164,6	195,7	221,1	206,3	211,5	213,0
DETA DE ENERGIA ELÉTRICA	100,0	100,4	109,0	108,0	100,8	108,5	97,1	91,2	87,0	83,3	79,2	87,1	81,5	71,1	65,8
PROD. MIN. FERRO - CUSTO INTERIO (Cr\$/t./m)	100,0	113,5	172,4	166,8	169,3	163,8	235,9	205,5	168,3	154,3	162,8	112,5	116,5	132,7	141,4
PROD. AÇO E DERIVADOS	100,0	97,7	94,6	95,5	103,0	107,1	94,3	89,8	85,2	79,2	67,7	63,2	60,1	46,4	43,2

Deflator utilizado: IGP-DI.

Dados primários PETROBRÁS, ELETROBRÁS, CVRD e IBRE/FGV.

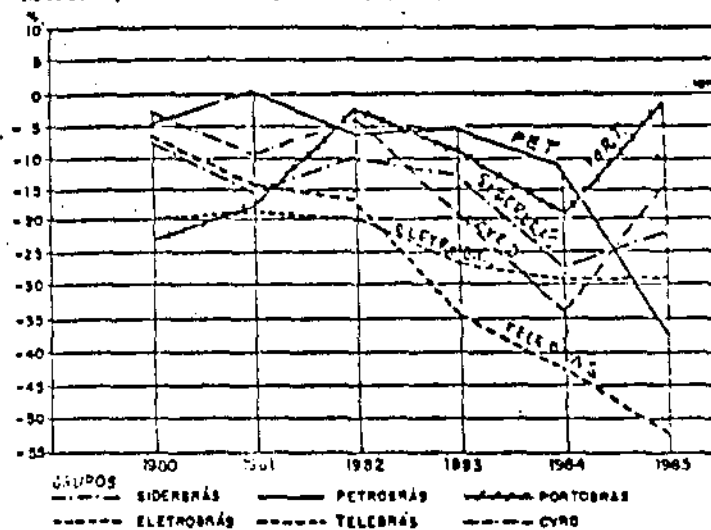
AFONSO, S.R.R.

BRASIL
EVOLUÇÃO REAL DOS PRINCIPAIS PREÇOS DAS ESTATAIS
1970-1984
BASE - 1970=100



Defasagem Acumulada de Preços

Índice de Preços Setorial em Relação ao IGP-DI (média)



EVOLUÇÃO DA TARIFA RELATIVAMENTE AOS PREÇOS

(Δ Tarifa Média/ Δ IGP-DI - 10 x 100)

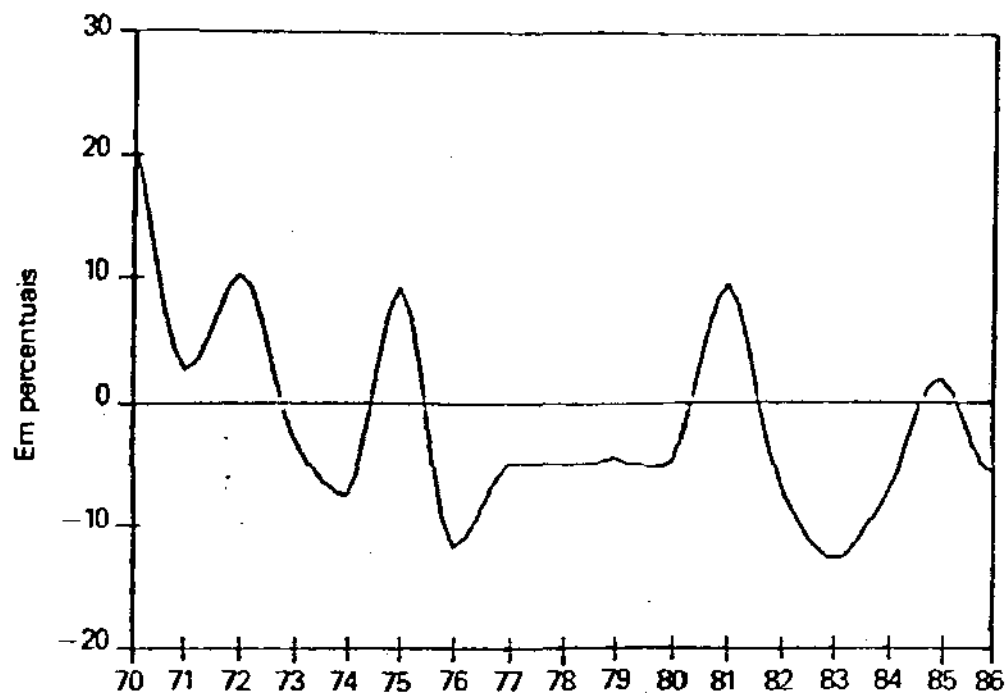
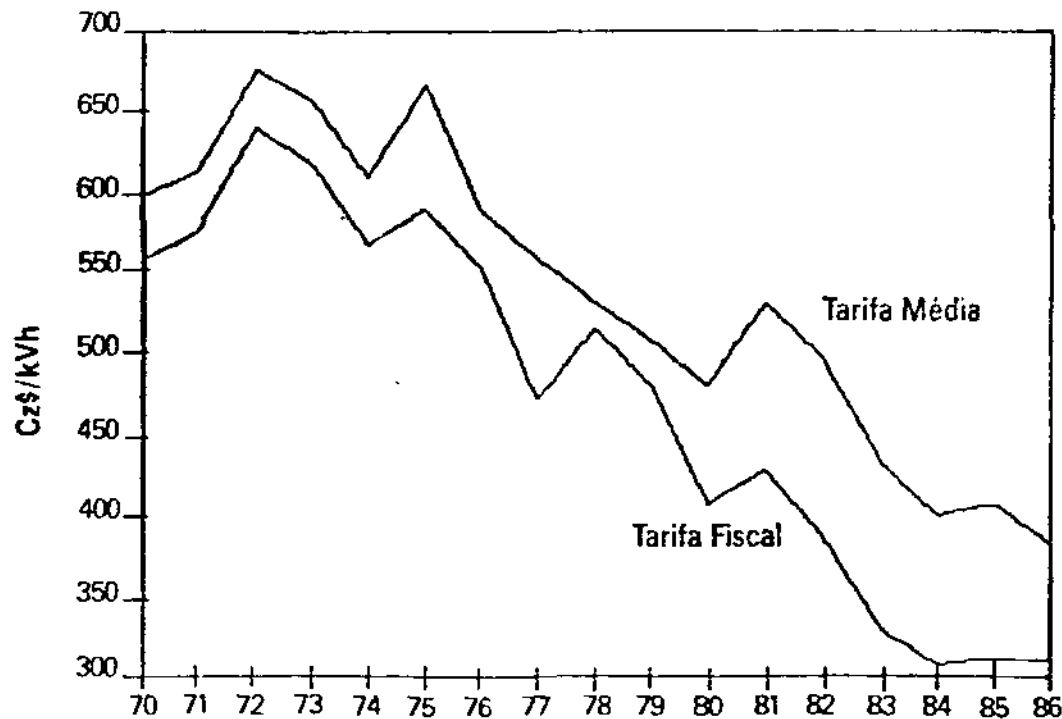


FIGURA 2

EVOLUÇÃO DA TARIFA MÉDIA E DA TARIFA FISCAL



Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI

TABELA 31

SETOR ELETRICO
RECURSOS FISCAIS EXCEDENTES 1974 - 1984

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
REC. FISCAIS TOTAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1. Para Empresas	61,4	70,9	65,2	74,5	78,3	61,5	57,4	53,0	46,7	14,5	15,4
1.1. Gov. Fed.	6,0	7,5	8,3	12,5	10,5	12,3	---	2,2	4,7	4,8	---
1.2. Est/Munic.	55,4	63,4	56,9	62,9	67,8	49,2	57,0	50,8	42,0	9,7	15,4
2. Para ELETRICISTAS	38,5	29,0	34,7	25,5	21,6	38,5	42,9	47,0	53,2	85,4	84,6
2.1. Gov. Fed.	38,5	29,0	34,7	25,5	21,6	38,2	42,9	47,0	53,2	85,4	84,6
2.2. Est/Munic.	---	---	---	0,3	---	0,3	---	---	---	---	---

FONTE: FUNDAP. Financiamento das empresas estatais.SP, IESP, v.1,
cap 5

TABELA 32

PLANO DE RECUPERAÇÃO SETORIAL - REVISÃO MAIO, 1986

APRECIADAÇÃO TARIFÁRIA, CUSTO DO SERVIÇO E REMUNERAÇÃO					CR\$ milhões
	1985	1986	1987	1988	1989
Despesa com tarifa	31.099	77.867	100.694	100.188	163.516
menos custos de prod./distr.	13.227	30.542	31.663	43.137	51.757
energia comprada ITAIPU	902	3.841	7.299	13.001	10.236
despesas com ACIONÁRIOS	12.325	26.701	22.564	30.136	31.521
= recursos disponíveis ao setor	59.172	48.525	47.433	37.551	111.756
menos quotas, impostos e compulsório	13.565	30.203	39.822	49.417	60.883
RGR	2.297	3.203	8.173	11.352	15.328
Quota Reintegração	6.390	15.317	17.064	19.773	22.805
CCC	259	1.019	1.190	1.273	1.369
IUEE EST. E MUNIC.	2.044	4.111	5.096	6.459	8.063
Exp. Compulsório	2.575	6.553	8.289	10.560	13.240
= Remuneração do capital (1)	5.607	10.322	26.611	38.134	50.871
Investimento Remunerável					
Sem CRC	138.460	291.772	341.630	395.468	457.722
CRC ano anterior	15.189	53.464	71.399	86.618	97.812
CRC do exercício	10.842	17.995	15.219	11.194	5.199
TOTAL (2)	164.490	361.171	428.298	493.280	560.733
REMUNERAÇÃO EFETIVA (1) x 100					
2	3,41	5,04	6,47	7,73	9,07

Fonte: D.O.U. 17/05/1986 E.M. 114/86. in FUNDAP; Financiamento

das empresas estatais SP, IESP, 1989, v.1, cap 5

TABELA 33

BRASIL - SETOR ELÉTRICO - TAXAS DE REMUNERAÇÃO REAL - 1974/87

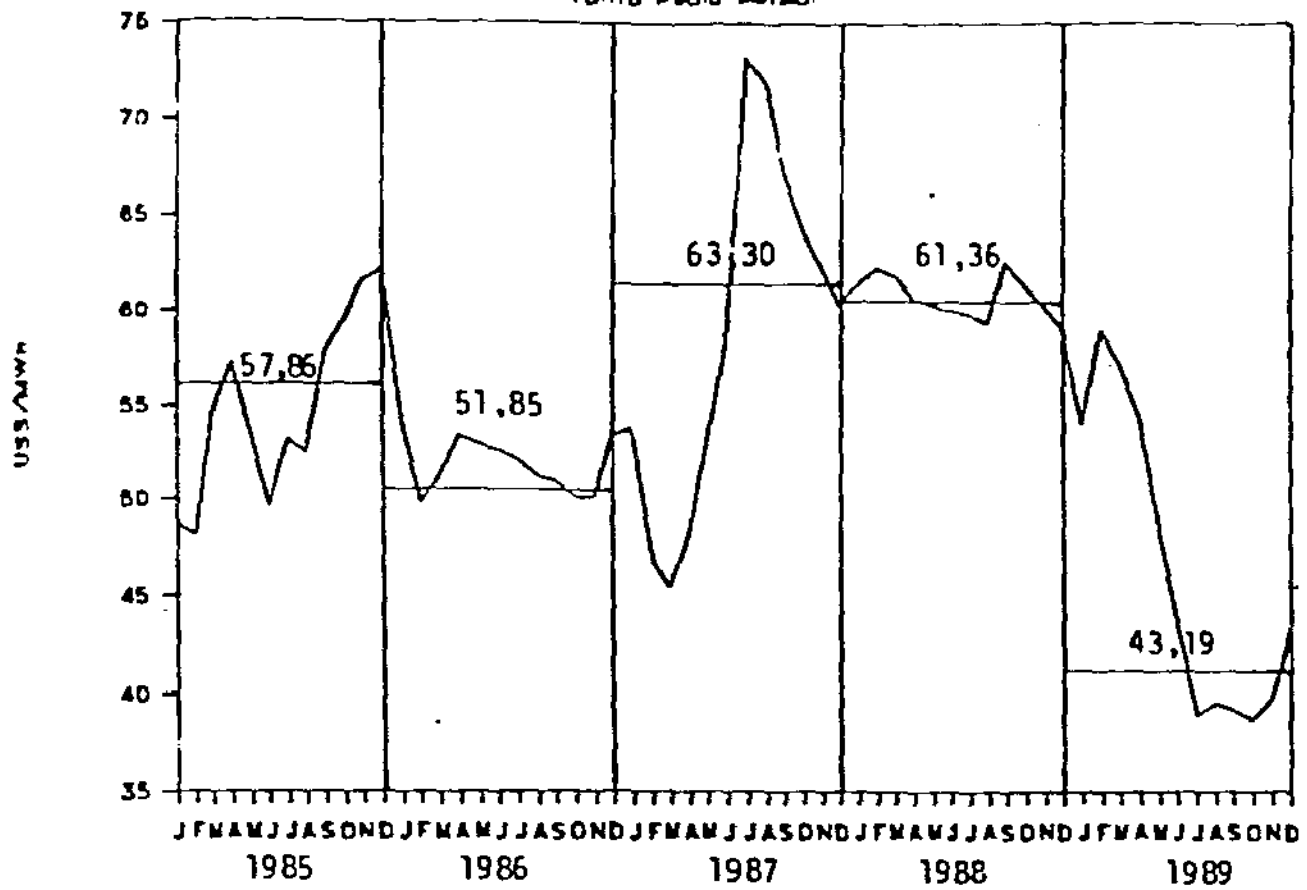
Ano	Taxa de Remuneração
1974	10,4%
1975	12,2%
1976	11,4%
1977	11,2%
1978	8,6%
1979	7,7%
1980	7,7%
1981	7,9%
1982	6,6%
1983	4,0%
1984	5,7%
1985	4,3%
1986	4,5%
1987	4,8% (est.)

Fonte: ELETROBRÁS.

GRÁFICO 1

SETOR DE ENERGIA ELETRICA

Tarifa Média Mensal



FONTE: ELETROBRÁS - PLANO PLURIANUAL 1991-1995

TABELA 34

=====

BRASIL
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
1987/1996
[10⁹ US\$(86)]

ESPECIFICAÇÃO	MÉDIA ANUAL DE INVESTIMENTOS			
	1987/1991		1992/1996	
	(US\$)	(%)	(US\$)	(%)
Geração	3,4	53,1	3,6	48,0
Transmissão	1,7	26,6	2,1	28,0
Distribuição	0,9	14,1	1,3	17,3
Instalações Gerais	0,4	6,2	0,5	6,7
Total	6,4	100,0	7,5	100,0

FONTE: ELETROBRÁS - PLANO 2010

TABELA 35

=====

BRASIL
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS
1987/1996

ESPECIFICAÇÃO	ALTERNATIVA I		ALTERNATIVA II	
	1987/91	1992/96	1987/91	1992/96
Taxa Líquida de Retorno(%)	14,2	14,4	12,9	12,9
Taxa de Juros (%)	11,5	11,5	9,0	9,0
Taxa de Investimento (%)	18,0	12,9	18,0	12,9
Taxa de Autofinanciamento (%)	4,0	6,4	4,2	6,3
Arrecadação Tarifária				
Média (US\$(Dez/86)/MWh)	52,6	62,3	50,3	59,2
Índice de Recursos				
Extra-setoriais (%)	56,7	54,1	55,7	55,9

FONTE: ELETROBRÁS- PLANO 2010

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, J.L. e GHIRARDI, A. "Substituição de derivados do petróleo no Brasil: questões urgentes" in: Pesquisa e Planejamento Econômico 16(3), dezembro, 1986.
- CORREIA, E.L. "Formação Bruta de Capital Fixo das Estatais". Conjuntura Econômica, vol. 43, junho, 1989.
- ELETRORÁS-M.M.E. Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Rio de Janeiro, dezembro, 1987.
- ELETRORÁS. Plano Plurianual 1991/1995 - Setor de Energia Elétrica, junho, 1990.
- ELETRORÁS. Plano Decenal 1990-1990 - Setor de Energia Elétrica, 1989.
- FUNDAP. Financiamento e desempenho corrente das empresas privadas e estatais. São Paulo, IESP, 1988.
- FUNDAP. Financiamento das empresas estatais. São Paulo, IESP, 1989, v. 1, cap. 5.
- GOLDENSTEIN, L. Da heterodoxia ao FMI. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, mimeo, 1985.
- GOLDENSTEIN, L. "Os percalços da política econômica recessiva (1981/82)". in Revista de Economia Política 3(3), julho-setembro, 1983.
- MIRANDA, J.C. & TEIXEIRA, A. "Diagnóstico da Economia Brasileira na Década de 1970-80", IPT/FECAMP (mimeo), Campinas, 1990.

TAVARES, M.C. & LESSA, C. "A Política Econômica em Questão: uma discussão crítica e de alternativas", in: M.C. TAVARES & M. DAVID, A Economia Política da Crise - problemas e impasses da política econômica brasileira, Vozes/Achiamé, Petrópolis, 1982.

SERRA, J. "Crítica ao Receituário Ortodoxo" in Revista de Economia Política 1(4), outubro-dezembro, 1981.

SERRA, J. "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra" in BELLUZZO, L. e COUTINHO, R. (orgs.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1982.

SUZIGAN, W. Estado e Industrialização no Brasil. Campinas, IE/UNICAMP, Texto para Discussão nº 5.

SUZIGAN, W. Indústria Brasileira: Retrospectiva de 1986 e Perspectivas in CARNEIRO, R. (org.) A Política Econômica do Cruzado, São Paulo: Bienal, 1987.

SUZIGAN, W. A indústria brasileira em 1985/86: desempenho e política. in CARNEIRO, R. (org.) Política Econômica da Nova República, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

VILARREAL, René. A Contra-Revolução Monetarista, Record.